

Deisy Nayanny de Brito Silva

**INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL DO CENTRO  
FUNDACIONAL DE TERESINA, PIAUÍ.**

Dissertação submetida Programa de Pós-  
Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
da Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
mestre em Arquitetura e Urbanismo  
Orientador: Profa. Dra. Margarita Nilda  
Barretto Angeli

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Deisy Nayanny de Brito Silva  
Interpretação Patrimonial do Centro Fundacional  
de Teresina, Piauí. / Deisy Nayanny de Brito Silva  
Silva ; orientador, Profa. Dra. Margarita Nilda  
Barretto Angeli Barretto , 2017.  
120 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós  
Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis,  
2017.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Arquitetura e  
Urbanismo. 3. Centro Fundacional. 4. Patrimônio  
Arquitetônico. 5. Identidade local. I. Barretto ,  
Profa. Dra. Margarita Nilda Barretto Angeli. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Deisy Nayanny de Brito Silva

**INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL DO CENTRO  
FUNDACIONAL DE TERESINA, PIAUÍ**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Local, 30 de maio de 2017.

---

Prof. Renato T. Saboya, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup>Margarita Nilda Barretto Angeli, Dr.<sup>a</sup>  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina.

---

Prof. Wilza Gomes Reis Lopes, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof. Gilberto Sarkis Yunes, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina.

---

Prof. Luiz Eduardo Fontoura Teixeira, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina.

Este trabalho é dedicado ao meu município, Teresina, como uma forma de chamar atenção para o Patrimônio e a História local.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força e capacidade para lutar pelos meus objetivos. Ao programa de Pós-Graduação em arquitetura da UFSC, o PósARQ, pela oportunidade.

À minha orientadora Margarita Barretto, pela dedicação, paciência e confiança no decorrer deste trabalho.

Aos professores membros da banca examinadora pelas importantes contribuições ao trabalho.

Aos meus pais, Dorgeval e Maria José, pelo amor e apoio incondicional a todos meus planos e sonhos. Vocês são meus maiores exemplos.

À minha irmã, Denise, pelo companheirismo. Obrigada pelo incentivo constante.

Ao Jeremias, obrigada por estar ao meu lado em mais essa etapa. Obrigada pela paciência, pelo carinho, pela parceria e o constante incentivo.

À tia Augusta pelo o incentivo e ajuda em todas as horas.

À Wilza Lopes pelo incentivo e palavras amigas em diferentes etapas desde a graduação.

A todos os meus amigos e amigas que sempre estiveram presentes me aconselhando e incentivando com carinho e dedicação, em especial a Rochelle e a Hercília, pela parceria e pelos materiais disponibilizados que tanto contribuíram para a pesquisa.

Aos amigos do mestrado, que me acolheram.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução da Dissertação de Mestrado.

## RESUMO

O presente trabalho evidencia o processo de preservação do patrimônio edificado, paisagístico e urbanístico existente no centro fundacional da cidade de Teresina, Piauí, analisando sua história, arquitetura e quais as ações e as políticas de preservação e conservação que foram elaboradas pelos agentes e pelas instituições no âmbito federal, estadual e municipal. A presente pesquisa é um estudo de caso exploratório, desenvolvido através do método de procedimento descritivo e sustentado por pesquisas bibliográficas, documentais, imagéticas e de campo. Foram utilizadas as técnicas de visita exploratória, observação não participante e elaboração de registros. Os resultados encontrados mostraram a presença de poucos símbolos de representação da arquitetura patrimonial edificada. As praças apresentam pouco uso e preservação. Constatou-se a crescente descaracterização e demolição do patrimônio edificado para se adaptar aos novos usos, como pontos comerciais e estacionamentos. Estas iniciativas, conseqüentemente, fazem com que o centro perca sua identidade local e enfraqueça a relação dos indivíduos com a cidade, reforçando a necessidade de preservação da história cultural do lugar. Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam contribuir na problemática relacionada à preservação patrimonial da arquitetura e da paisagem urbana do centro fundacional de Teresina.

**Palavras-chave:** Centro fundacional 1. Arquitetura Patrimonial 2. Preservação.

## ABSTRACT

This Master Theses reveals the process of preservation of the built, landscape, and urban heritage in the foundational center of Teresina, Piauí, analyzing its history, architecture and considering what initiatives in protection and conservation policies were taken by agents in federal, state and local institutions. This research is an exploratory case study developed using the method of descriptive procedure sustained by bibliographical research, documentary, imagistic and field studies. This study used techniques of exploratory visits, non-participant observation and preparation of inventories. The results showed the occurrence of a scarce representation of icons of built architectural heritage. The squares in the foundational center presented low use and preservation. Also, it was noticed an increasing deterioration and demolishing of significant buildings of Teresina's architectural heritage to adapt for new uses, such as commercial and parking areas. Consequently, these actions weaken the local identity and the relationship between individuals and the city, reinforcing the need to preserve the cultural history of the place. It is expected that the results of this research can contribute to solve the problems related to heritage preservation of the architecture and urban landscape that still exist in the foundational center of Teresina.

**Keywords:** Foundational Center 1. Heritage architecture 2. Preservation 3.

## **LISTAS DE TABELAS**

Tabela 1 Teresina: evolução da população residente por zonas, 1991 a 2010.....	54
--	----

## LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 Plano inicial de Teresina. 1852. ....	21
Figura 2 Teatro 4 de setembro .....	22
Figura 3 Palácio da Cidade .....	22
Figura 4 Mapa de localização do Município de Teresina-PI .....	23
Figura 5 Mapa de Teresina, com a localização do bairro Centro ....	24
Figura 6 Área objeto de estudo.....	25
Figura 7 Rota do Gado no Nordeste .....	43
Figura 8 Mapa localização Teresina e Oeiras .....	45
Figura 9 Plano de Teresina, 1852. ....	47
Figura 10 Praça da Constituição (atual Praça Marechal Deodoro), em foto de 1910, autor desconhecido.....	48
Figura 11 Primeiras construções do Centro de Teresina. ....	49
Figura 12 Delimitação dos marcos de delimitação do patrimônio territorial de Teresina. ....	50
Figura 13 Mapa de Teresina, em 1862. ....	51
Figura 14 Mapa de evolução da ocupação do perímetro urbano de Teresina – PI. ....	52
Figura 15 Sobreposição dos usos do solo atual sobre a área objeto de estudo .....	53
Figura 16 Rua Simplício Mendes antes da requalificação.....	60
Figura 17 Shopping da Cidade. ....	60
Figura 18 Proposta para requalificação da Rua Simplício Mendes .	60
Figura 19 Fachadas irregulares.....	60
Figura 20 Sistema de praças no plano de Saraiva.....	64
Figura 21 Praça Pedro II no ano de 1936 .....	65
Figura 22 Praças existentes na área objeto de estudo .....	66
Figura 23 Elementos arquitetônicos e paisagístico relevantes para preservação na Malha inicial do Plano Saraiva. ....	69
Figura 24 Antes e depois de imóveis demolidos e reformado presente na área objeto de estudos.....	70
Figura 25 Edificações Religiosas .....	71
Figura 26 Igreja Nossa Senhora do Amparo (19--) .....	71
Figura 27 Igreja N. S. do Amparo (2016).....	71
Figura 28 Igreja Nossa Senhora das Dores (1916) .....	72
Figura 29 Igreja Nossa Senhora das Dores (2016) .....	72
Figura 30 Igreja São Benedito (1912) .....	73
Figura 31 Igreja São Benedito (2016) .....	73
Figura 32 Figura Colégio Francisco de Sales – Diocesano (1926)..	74
Figura 33 Colégio Francisco de Sales - Diocesano (2016).....	74
Figura 34 Instituições culturais.....	75

Figura 35 Teatro 4 de Setembro (1910) .....	76
Figura 36 Teatro 4 de Setembro (2016) .....	76
Figura 37 Central de Artesanato Mestre Dezinho (19—) .....	77
Figura 38 Central de Artesanato Mestre Dezinho (2016) .....	77
Figura 39 Clube dos Diários (1980).....	78
Figura 40 Clube dos Diários (2016).....	78
Figura 41 Mercado São José-Mercado Velho (19--).....	80
Figura 42 Mercado São José (2016).....	80
Figura 43 Instituições administrativas.....	81
Figura 44 Palácio da Cidade – Prefeitura (19--).....	82
Figura 45 Palácio da Cidade - Prefeitura (2016).....	82
Figura 46 Palácio de Karnak (1926) .....	83
Figura 47 Palácio de Karnak (2016) .....	83
Figura 48 Antiga Intendência - Fundação Wall Ferraz (1906).....	84
Figura 49 Antiga Intendência - Fundação Wall Ferraz (2016).....	84
Figura 50 Residências na área de estudo.....	84
Figura 51 Família de Eurípedes de Aguiar no interior da casa (19--)	85
.....	85
Figura 52 Residência Eurípedes Aguiar.....	85
Figura 53 Casa Dona Carlotinha(19--).....	86
Figura 54 Casa Dona Carlotinha (2016) .....	86
Figura 55 Categoria de uso atual dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016. ....	88
Figura 56 Condição atual dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016. ....	88
Figura 57 Estilo arquitetônico dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016. ....	89
Figura 58 Implantação no lote dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016. ....	90
Figura 59 Coroamento dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016 .....	90
Figura 60 Exemplos de coroamento dos imóveis presentes na área objeto de estudo. ....	91
Figura 61 Verga dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016 .....	92
Figura 62 Esquadrias dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016 .....	93
Figura 63 Bandeira dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016. ....	93
Figura 64 Uso de imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016. ....	95

Figura 65 Praças presentes na área objeto de estudo .....	96
Figura 66 Relação localização das praças e situação atual .....	97
Figura 67 Vista aérea Praça Saraiva (1972) .....	98
Figura 68 Praça Saraiva (2016) .....	98
Figura 69 Planta Baixa da Praça Pedro II. ....	99
Figura 70 Evolução histórica Praça Pedro II .....	100
Figura 71 Planta Baixa Praça Marechal Deodoro.....	101
Figura 72 Evolução histórica da Praça Marechal Deodoro .....	102
Figura 73 Condição atual das praças presentes no centro fundacional de Teresina-PI, 2016. ....	104
Figura 74 Traçado das praças presentes no centro fundacional de Teresina-PI, 2016. ....	105
Figura 75 Vocação das praças presentes no centro fundacional de Teresina-PI, 2016. ....	105
Figura 76 Função das praças presentes no centro fundacional de Teresina-PI, 2016. ....	106

## LISTAS DE SIGLAS

CDL	Câmara de dirigentes lojistas
COMEPI	Companhia Editorial do Piauí
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRC	Registro Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional	
IPAC-PI	Registro de Proteção do Acervo Cultural do
Piauí	
IPAM	Instituto de Planejamento e Administração
Municipal	
PET	Plano Estrutural de Teresina
SECULT	Secretária de Estado de Cultural do Piauí
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação,
a Ciência e a Cultura	
ZC	Zona de comercial
ZP	Zona de preservação

## SUMÁRIO

LISTAS DE TABELAS .....	viii	
LISTAS DE FIGURAS .....	5	
1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	17
1.2	PERGUNTA DE PESQUISA .....	19
1.3	OBJETIVOS .....	19
1.3.1	Geral.....	19
1.3.2	Específicos .....	19
1.4	JUSTIFICATIVA.....	19
1.5	ÁREA DE ESTUDO .....	23
1.6	CONTEÚDO DA DISSERTAÇÃO.....	25
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	27
2.1	A CIDADE E O CENTRO URBANO.....	27
2.2	ESPAÇO URBANO E AS PRAÇAS.....	31
2.3	PATRIMÔNIO URBANO .....	33
3	METODOLOGIA .....	37
3.1	CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA RELEVÂNCIA DO PATRIMÔNIO EDIFICADO .....	38
4	TERESINA.....	43
4.1	HISTÓRICO .....	43
4.2	EXPANSÃO NOS ANOS INICIAS .....	50
4.3	LEGISLAÇÃO URBANA DE TERESINA REFERENTE AO CENTRO E AO PATRIMÔNIO .....	54
4.4	AS PRAÇAS E O CENTRO .....	63
5	ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS.....	69
5.1.1	Valores e Significados Culturais.....	70
5.1.2	As Edificações Religiosas.....	71
5.1.3	As Instituições Culturais .....	75
5.1.4	Os Prédios Administrativos .....	81

5.2	A Arquitetura do Patrimônio.....	87
6	ELEMENTOS PAISAGÍSTICOS.....	96
6.1	Análise dos elementos paisagísticos .....	104
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	108
	REFERÊNCIAS .....	111

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PósARQ, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, é compatível com área de concentração 2 – Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, a linha de pesquisa 1 - Urbanismo, Cultura e História da Cidade. Seu título é "O valor patrimonial do centro fundacional: estudo de caso no centro urbano de Teresina, Piauí".

A fim de alcançar os objetivos deste projeto foram estudados os atributos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos do centro urbano fundacional da cidade de Teresina, relacionados à morfologia urbana, e as praças e imóveis importantes para a história da área objeto estudo. De acordo com Hillier (1996, p.112), “a maneira como organizamos o espaço em determinada configuração é a chave tanto para a forma da cidade, quanto para a maneira como os seres humanos funcionam nas cidades”.

O entendimento da inter-relação dos elementos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos possibilita a compreensão da construção do espaço urbano. Os elementos arquitetônicos são as edificações, cuja finalidade é organizar e criar espaços, adaptados às necessidades dos usuários, situadas em um contexto social, geográfico e temporal e que utilizam técnica construtiva de determinada época.

Os elementos paisagísticos compreendem o uso da vegetação, dos mobiliários urbanos utilizados para o desenho dos espaços livres públicos, geograficamente e temporalmente localizados. Tais espaços contribuem para a qualidade ambiental, climática e social do espaço urbano, propiciando aos usuários um local de descanso, de passeio, de prática de esportes em geral e entretenimento. Colaboram, ainda, na drenagem das cidades e para a dinâmica de cheios e vazios urbanos.

Segundo Gehl e GemzØe (2001), o espaço público, mesmo que com suas mudanças durante a história, sempre permaneceu como lugar de encontro, de comércio e de circulação. Nesse sentido, os centros são espaços imbuídos de significados sociais e históricos, onde ocorrem interações sociais.

Os elementos urbanísticos estão relacionados ao desenho urbano, à conformação da malha e à morfologia urbana, e como os demais elementos citados acima, também são geograficamente e

temporalmente localizados. Para Del Rio (1955), morfologia é entendida como o estudo da forma urbana e de elementos urbanos, a fim de fazer uma análise do espaço construído, os seus processos de estruturação e as relações sociais que os geraram

Estes elementos formam a cidade, sendo construídos e integrados ao espaço urbano, criados em períodos diferentes, dando forma e identidade à comunidade que nela habita, representando lacunas de tempos passados, responsáveis por lembrar a memória e história do local onde estão situados. Para Gonçalves (1988), os monumentos<sup>1</sup> de valor patrimonial associados a um povo têm a capacidade de evocar o passado e transmitir às presentes e futuras gerações, fatos memoráveis que construíram a identidade local e social de uma comunidade.

O conceito de patrimônio abrange legados que foram recebidos do passado e que são continuamente transmitidos aos descendentes, admitindo-se, assim, que o patrimônio é historicamente construído e remete ao sentimento de pertencimento de um indivíduo ou grupo social. Dessa maneira, o patrimônio é caracterizador da identidade cultural de um povo e funciona como um importante suporte na formação do cidadão (PELEGRINI, 2007).

Nesse sentido, reconhecer o patrimônio construído de uma cidade implica em assumir que um local apresenta propriedade cultural e histórica fundamental para a construção daquele espaço e daquela comunidade. As ruas, praças, prédios e vazios urbanos, são dotados de lembranças. Esses espaços devem ser entendidos como pertencentes a todos que habitam a cidade e como tal devem ser protegidos e reconhecidos como um patrimônio herdado (PESAVENTO, 2005).

Teresina, com área de 1.1672.5 km<sup>2</sup> e população de 804.943 habitantes (IBGE, 2010), foi fundada em 16 de agosto de 1852. É uma cidade planejada, nasceu para ser a capital do Piauí e se iniciou a partir do centro urbano, onde se encontram o marco zero da cidade, as primeiras construções e espaços públicos, portanto o centro fundacional da cidade.

---

<sup>1</sup> Entende-se por monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças (CHOAY, 1925, p18).

Diante do que foi exposto, estudar os elementos urbanísticos, arquitetônicos e paisagístico da malha urbana fundacional de Teresina é essencial para entender a importância do local objeto de estudo e justificar o valor patrimonial da área.

## 1.2 PERGUNTA DE PESQUISA

Existem elementos arquitetônicos (teatro, cinema, central de artesanato, prefeitura.), paisagísticos (praças) e urbanísticos (traçado urbano) que apresentam relevância para ações de proteção patrimonial na área objeto de estudo?

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Geral

- Elaborar registros dos elementos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos que são significativos e estão presentes na área objeto de estudo;

### 1.3.2 Específicos

- Diagnosticar quais elementos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos são relevantes para ações de proteção patrimonial na área objeto de estudo.

- Avaliar os elementos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos relevantes a partir do registro elaborado.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

A escolha do terreno para a implantação de uma cidade, preferencialmente, leva em consideração a proximidade de locais com água potável, terras férteis e que tenha condições propícias ao povoamento e o escoamento de produtos e serviços. Na concepção da cidade de Teresina, a navegabilidade do Rio Parnaíba foi elemento crucial para a escolha do terreno e construção da nova capital do Estado do Piauí (SILVA FILHO, 2002).

A criação da cidade de Teresina, que teve origem na necessidade de transferência da antiga capital do estado, Oeiras, para a região da vila do Poti, em 16 de agosto de 1852, ocorreu de forma planejada, e foi efetivada pelo então Presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva. É uma das primeiras capitais

planejada do Brasil e a primeira capital fundada no Brasil Império (BRAZ E SILVA, 2012).

A cidade recebeu este nome em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina (Teres- de Teresa e –Ina de Cristina), que auxiliou Conselheiro Saraiva a convencer o imperador Dom Pedro II para transferir a capital.

A transferência da capital de Oeiras para Teresina foi de caráter político-administrativo, considerando que a localização da nova capital próxima ao Rio Parnaíba, permitia o escoamento da produção da região. O local escolhido para a implantação da capital Teresina foi nas margens do Rio Parnaíba, especificamente em um local de cota acima do rio, a fim de evitar futuras inundações da cidade e que permitisse a navegabilidade do mesmo. Tal estratégia visava a possibilidade de uma maior articulação entre os principais núcleos urbanos da região, a exemplo de Caxias, no Maranhão e com o Ceará (FAÇANHA, 1998; BRAZ E SILVA, 2012).

A localização escolhida foi a Chapada do Corisco, região próxima a um povoamento existente na região desde o século XVII, conhecida como Arraial do Poti (PIAUÍ, [20--]). O projeto inicial da cidade previa construção da malha urbana semelhante a um tabuleiro de xadrez. Em documento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2008, p.14) destaca-se que, o projeto inicial da cidade teve inspiração no traçado português:

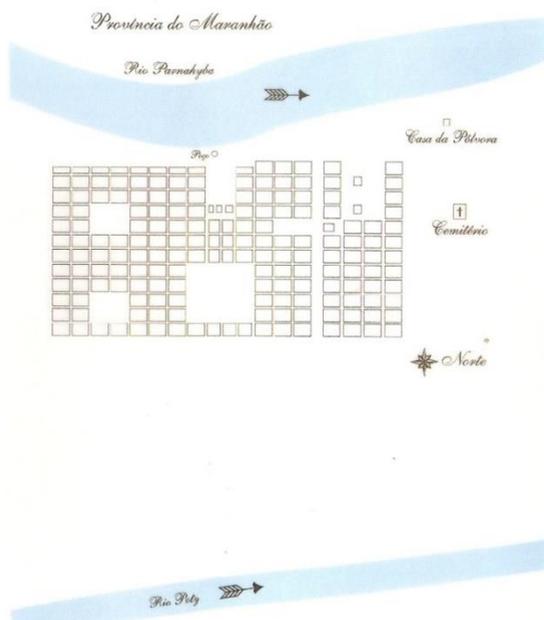
O ordenamento geométrico do espaço urbano de Teresina encontra assim ressonância na antiga tradição dos traçados portugueses, inclusive consignando relevância ao caráter paisagístico. Esse tipo de acomodação espacial, antes de urdir uma correta disposição para a terrível insolação que castiga a cidade, foi o recurso técnico para dispor os edifícios e, conseqüentemente, estruturar a cenografia urbana.

De acordo com Braz e Silva (2012), o desenho inicial de Teresina apresenta várias influências na sua concepção como: o traçado das cidades Barrocas (racionalidade, formalismo, uniformidade e retilinearidade); os mesmos preceitos utilizados na reconstrução de Lisboa. Enquanto em Lisboa houve necessidade

de agilidade devido ao terremoto, a construção de Teresina deu-se em virtude da transferência de capital, de acordo com Provisão Régia de 1747 e com as Cartas Régias, de 1761 e 1762 e o Tratado da Ruação de José Figueiredo Seixas, de 1700.

O desenho inicial da cidade proposto por Saraiva seguiu o modelo padrão colonial caracterizado pelo seu traçado geométrico regular e com largas ruas no sentido norte/sul cortando todo o plano. O desenho inicial apresenta 18 quadras no sentido norte-sul e 12 quadras no sentido leste oeste (Figura 1).

Figura 1 Plano inicial de Teresina. 1852.



Fonte: Teresina (2015)

O centro urbano de Teresina é o centro fundacional da cidade, apresentando significativo conjunto arquitetônico e paisagístico. Salienta-se a importância da Praça Marechal Deodoro e da Igreja Nossa Senhora do Amparo no traçado urbano de Teresina. O marco inicial da cidade foi a construção da Igreja Nossa Senhora do Amparo. Segundo IPHAN (2008, p.15),

O assentamento em área privilegiada aponta ainda para reduzida ou mesmo ausência de ocupação. Símbolo da

autoridade moral, estabilizada em posição de comando à cabeceira mais elevada da grande praça retangular, a igreja desempenhava um papel de convergência dos fiéis e de orientação urbanística.

O centro fundacional de Teresina é o coração simbólico e histórico da cidade. Nele se encontra representativa parte do acervo arquitetônico dos primeiros anos da capital, como os prédios públicos: Mercado Público, Teatro 4 de Setembro (Figura 2), Palácio da Cidade (Figura 3), Central de Artesanato, as praças públicas, entre outros imóveis de valor histórico e cultural.

Figura 2 Teatro 4 de setembro



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 3 Palácio da Cidade



Fonte: Acervo do autor (2013)

Nos últimos anos, o centro de Teresina começou a ser ocupado com finalidade mais comercial e utilizado por marginais e prostitutas (o que, embora seja mais visível à noite, também pode ser percebido durante o dia) (TOLLSTADIUS, 2013). A perda do patrimônio arquitetônico ocorre, principalmente, por meio da demolição de edifícios ou de reformas, com a finalidade de implantar áreas de estacionamento privado ou adaptações para o uso comercial.

A demolição e a descaracterização de prédios históricos presentes no centro urbano colaboraram para que o centro não pudesse ser tombado pelas características de sua arquitetura vernacular. Porém, pode-se justificar o tombamento pelas características urbanísticas do desenho inicial do traçado urbano, as quais permanecem até os dias de hoje (TOLLSTADIUS, 2013).

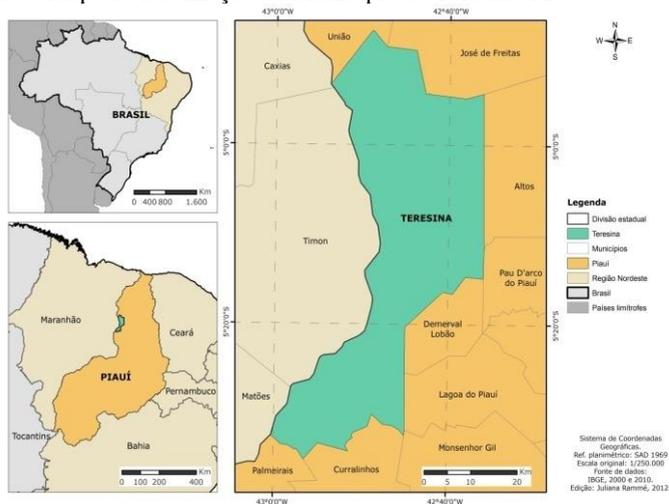
O tombamento do centro urbano é necessário e essencial para a sua conservação, pois sem medidas legais que assegurem a

salvaguarda do respectivo patrimônio, a região continuará sendo descaracterizada e perdendo sua identidade local.

## 1.5 ÁREA DE ESTUDO

Teresina (Figura 4) possui área urbana de 176,32 Km<sup>2</sup>, 814.230 mil habitantes e taxa de urbanização de 94,30% (IBGE, 2010). A cidade está localizada na porção norte do Estado, à margem direita do Rio Parnaíba (TERESINA, 2002).

Figura 4 Mapa de localização do Município de Teresina-PI



Fonte: LEAL JUNIOR (2014)

Trata-se da única capital do Nordeste sem litoral, pois se localiza na região do médio Parnaíba, ao longo dos rios Parnaíba e Poti. A capital foi também uma das primeiras cidades do Brasil cujo projeto foi concebido antes de sua ocupação.

A história do centro urbano e da fundação da cidade são indissociáveis, pois o seu desenho inicial e a sua expansão começaram a partir do mesmo. O centro urbano de Teresina (Figura 5), no qual estão os principais imóveis de valor patrimonial e paisagístico, concentra a maior parte das atividades administrativas e comerciais. Atualmente, o centro de Teresina possui área de 3,797 Km<sup>2</sup>, na qual residem 12.180 mil habitantes

(TERESINA, 2011). O Bairro Centro está localizado na zona centro-norte de Teresina, à margem direita do Rio Parnaíba, marco inicial da cidade.

Figura 5 Mapa de Teresina, com a localização do bairro Centro



Fonte: LEAL JUNIOR (2014)

A área de estudo está localizada no centro fundacional da cidade, onde está situado o marco inicial e encontram-se os prédios e as praças construídas nos primeiros anos da capital. O objeto de estudo está limitado pelas ruas: Arlindo Nogueira, João Cabral, São João e Lucídio Portela (Figura 6).

Figura 6 Área objeto de estudo



Fonte: Google Earth (2015), adaptada pelo autor.

## 1.6 CONTEÚDO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos. O primeiro contém a introdução, a justificativa, a caracterização da área e a estruturação e organização do trabalho.

O capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica sobre o tema do trabalho, dando ênfase à cidade e ao centro fundacional, patrimônio construído, morfologia urbana, praças e os demais conceitos e definições acerca do tema, os quais embasaram o estudo de caso de Teresina, Piauí.

No terceiro capítulo, é realizada a descrição da metodologia utilizada, demonstrado o tipo de pesquisa, e suas etapas.

No quarto capítulo, encontra-se a contextualização histórica da área objeto de estudo e a inter-relação dos elementos arquitetônicos, paisagístico (praças) e urbanísticos (malha urbana) selecionados.

O quinto capítulo apresenta os resultados, que foram adquiridos a partir dos registros realizados sobre os imóveis e praças presentes na área objeto de estudo, posteriormente, sintetizados em gráficos para melhor compreensão dos dados obtidos.

Por fim, no sexto capítulo são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A CIDADE E O CENTRO URBANO

A cidade se caracteriza como um espaço historicamente construído ao longo do tempo por uma comunidade, que se apropriou desse sítio e o adaptou as suas necessidades sociais, físicas e econômicas, bem como às características geográficas do local. A construção do espaço urbano é realizada a partir de movimento histórico complexo e único, que pode ser compreendido por meio das lutas, do patrimônio edificado e da apropriação da cidade pela população (MAGALDI et al., 1992).

De acordo com Lynch (1981), as primeiras cidades surgiram após a primeira revolução agrícola, quando houve o cultivo de plantas e domesticação dos animais, possibilitando o surgimento de povoados e trocas dos excedentes produzidos. Na visão de Benevolo (1997, p.23), a cidade se constitui “quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto local”.

A partir desse momento ocorre a constituição e delimitação do espaço geográfico. Com isso, o espaço urbano é pensado como um local facilitador das trocas comerciais, enquanto que espaço rural, é voltado para o cultivo e criação de animais. As cidades começaram a se desenvolver próximas aos afluentes aquáticos, onde o terreno era fértil e havia a possibilidade do transporte de mercadorias (BENEVOLO, 1997). Para Munford (2004, p. 68), os “rios foram as primeiras autoestradas, tão logo se inventaram os barcos”.

Compreender a constituição e formação de uma cidade é compreendê-la por meio da relação de pessoas e rios. Os rios sempre estiveram ligados direta ou indiretamente à construção de uma cidade. De acordo com Menezes (2007), quando o rio está inserido no cenário urbano, como elemento integrante da paisagem, normalmente os habitantes o entendem como símbolo do lugar e o incorporam ao imaginário coletivo.

O primeiro impulso no desenvolvimento das cidades foi a religião, desde que os cidadãos criavam santuários e faziam rituais locais para agradecer e também pedir por proteção contra as intempéries e para a fertilidade do terreno. De acordo com Lynch (1981, p.15):

O ambiente físico desempenha papel fundamental em toda esta manifestação. É a base material da ideia religiosa, o estímulo emocional que liga os camponeses ao sistema. A cidade é um “local grandioso”, uma libertação, um novo mundo e também uma opressão. Portanto, a sua disposição no terreno é cuidadosamente planejada para reforçar o sentimento de temor e para constituir um enquadramento magnífico da cerimônia religiosa. [...]. Como é evidente, à medida que a civilização se desenvolve, a cidade assume muitos outros papéis, para além do seu papel primário. Transforma-se em armazém, fortaleza, oficina, mercado, palácio. No entanto, e em primeiro lugar, é um local sagrado.

O urbanismo estuda o surgimento e crescimento das cidades, é um conceito geográfico, que surgiu na era da revolução industrial, permitindo analisar os espaços urbanos antigos (BRAZ E SILVA, 2011). Nesse sentido, a partir da análise da criação e da evolução das primeiras cidades, entende-se que, antes de ter função protetiva e econômica, a cidade assume a função da fé e devoção.

Ou seja, para a construção das cidades eram necessários solos férteis e água para a promoção do cultivo e criação de animais, bem como a construção de um santuário para a celebração de rituais. De acordo com Benevolo (1997), no processo de ocupação e modificação do espaço eram utilizados modelos urbanísticos, adaptados ao local de ocupação, à época, às características culturais e religiosas e aos conhecimentos técnicos.

Para entender as transformações ocorridas no espaço urbano ao longo do tempo é necessário interpretar a cidade segundo a sua dimensão morfológica e o comportamento da comunidade utilizando a interface temporal (DEL RIO, 1990). Nesse sentido, trata-se de examinar como se dá a relação da cidade com seu meio e como ela vai mudando com o tempo.

A palavra morfologia, significa o estudo da forma, deriva do grego *morpho*, de *morphe*, “forma”. A morfologia urbana, do ponto de vista de Del Rio (1995, p. 24), “estuda o tecido urbano e

seus elementos formadores, através da evolução, transformações, inter-relações e dos processos sociais que os geraram”. Sendo assim, estudar a morfologia urbana significa compreender as partes físicas de uma cidade ou região que serão associadas e estruturadas para a constituição do todo e da complexidade urbana.

Os elementos para análise morfológica são: o solo, o lote, o edifício, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado, a praça, o monumento, a vegetação, o mobiliário urbano e os perfis viários.

Os elementos que compõem as lógicas evolutivas e estruturadoras da cidade, segundo Del Rio (1995, p.83), são:

- A. Crescimento: os modos, intensidades e direções; elementos geradores e reguladores, limites e superação de limites, edificação de estruturas, pontos de cristalização etc.;
- B. Traçado e parcelamento: ordenadores do espaço, estrutura fundiária, relações, distancias, circulação e acessibilidade etc.
- C. Tipologias dos elementos urbanos: registro e categorização das tipologias edilícias (residências, comércios etc.), de lotes e sua ocupação, de quarteirões e sua ocupação, de praças, esquinas etc.
- D. Articulações: relações entre elementos, hierarquias, domínios do público e privado, densidades, relações entre cheios e vazios etc.

O estudo da morfologia é necessário para entender a paisagem urbana, porém para compreender a cidade é preciso, além do estudo da forma, entender as relações sociais de uma comunidade. No espaço urbano é onde ocorrem as relações intersociais que se concretizam a partir das relações espaciais (BRAZ E SILVA, 2011). A cidade não é um espaço apenas percebido pelo homem, mas também é o resultado das construções e adaptações que agregam valor ao local, sem, no entanto, modificar sua estrutura (LYNCH, 1981).

Entretanto, o estudo da morfologia urbana deve, também, ser elemento epistemológico fundamental para compreender como a comunidade se apossou e se adaptou ao espaço geográfico e construiu nele suas raízes. Para Lefebvre (2001) essa compreensão do todo pode ser chamada de tecido urbano, ou seja, um ecossistema, construído por diversas unidades que juntas formam a cidade; estes fragmentos podem ser antigos ou recentes, e além disso, são responsáveis pelo seu significado e identidade.

Essa relação entre o tempo histórico e a constituição da identidade da cidade é pensada por Pesavento (2005), como um tempo múltiplo. Esse tempo constrói e reinventa o espaço constantemente, tendo por horizonte o passado e o futuro. “Trata-se de pensar a cidade e analisar o seu desenho urbano como sendo um processo acumulativo de fatos arquitetônicos e culturais” (BRAZ E SILVA, 2011, p. 42).

Essa compreensão do tecido social, pode ser construída a partir dos centros urbanos. Eles são pontos de referência das cidades, sendo espaços identificados como dinâmicos, devido ao fluxo de pedestres, veículos e as atividades comerciais que nele acontecem. Villaça (1998, p. 237) afirma que “toda aglomeração sócio espacial humana - desde a taba indígena à metrópole contemporânea, passando pelas cidades medievais e as pré-colombianas – desenvolve um, e apenas um, centro principal”.

O centro urbano implica em um espaço com características singulares no contexto de uma cidade, por ter a presença da diversidade e da identidade sociocultural da população. Trata-se, assim, de espaço valorizado, onde estão situadas as primeiras edificações públicas e onde ocorreram as primeiras manifestações culturais, políticas e de sociabilidade, sendo possível visualizar a origem e a continuação da história da cidade, que cresceu e se expandiu no seu entorno.

Para Meneguello (2005), a ideia de “centralidade” não está relacionada à espacialidade, mas ao conceito de centro cívico, de comércio e de onde ocorrem as expressões físicas e coletivas da sociedade. Comumente, nos centros urbanos se encontram os patrimônios mais significativos e simbólicos de um grupo social, pois é um lugar marcante no cenário urbano devido ao seu fluxo econômico, administrativo e cultural.

A dinâmica de ocupação do centro das cidades transforma as paisagens das áreas centrais, tanto na configuração, quanto nas atividades que abrigam, resultando no atendimento às necessidades

dos diferentes grupos culturais existentes nos centros ao longo do tempo (CARDOSO, 2006).

Por isso, conhecer a paisagem cultural<sup>2</sup> dos centros urbanos- rica de significados e de momentos históricos- é fundamental para preservação do ambiente histórico e patrimonial de uma cidade. Para Meneguello (2005), o centro urbano caracteriza a comunidade que habita a cidade, pois apresenta elementos simbólicos, responsáveis por construir um repertório de memória coletiva e identidade local dos habitantes.

A cidade apresenta ícones e locais que são lembrados e vistos como elementos que a caracterizam e, comumente, estes marcos tornam-se pontos turísticos ou cartões postais, devido à sua representatividade na percepção dos habitantes. De acordo com Pesavento (2008), o centro urbano foi por muito tempo o cartão de visita das cidades, mesmo após a sequência de degradações sofridas pelo patrimônio cultural edificado.

Nas últimas décadas, as áreas centrais das grandes metrópoles, estão transformando-se em espaços obsoletos e mal utilizados, perdendo parte de suas funções produtivas, descaracterizados e abandonados, tornando-se monofuncionais, normalmente dedicados às atividades de comércio (LEITE; DI CESARE, 2012).

A evasão das áreas centrais está relacionada à especulação imobiliária, à expansão urbana e ao surgimento dos subcentros. No entanto, essas áreas ainda são significativas no cenário urbano, pois nelas estão inseridas as primeiras manifestações de civilidade e sociabilidade, representadas materialmente pelo patrimônio urbano edificado.

## 2.2. ESPAÇO URBANO E AS PRAÇAS

As praças são elementos marcantes no cenário urbano. Trata-se de espaço livre público repleto de significados e relevância social, por proporcionar interações sociais entre

---

<sup>2</sup> Segundo Nór (2010, p.103), A paisagem cultural trata da interação entre a natureza e a cultura, na medida em que abrange formas tradicionais de viver e de se relacionar com o meio ambiente. [...] As paisagens culturais são formadas por combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade, seu estabelecimento e seu caráter, através do tempo e do espaço.

peças, e ambientalmente, podem promover a biodiversidade animal e vegetal, ser área de drenagem urbana, entre outros. Segundo Serpa (1997), os espaços livres podem assumir no contexto urbano a forma de ruas, praças, largos pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas e vielas, e são as matérias-primas para o urbanismo.

O espaço público é um ambiente localizado ao “ar livre”, sem barreiras que impeçam o acesso físico ou visual, até porque, é um ambiente caracterizado por seu aspecto convidativo dentro de sua liberdade individual, ou seja, não precisa da influência ou de interferências exteriores para que seja atrativo.

Os espaços públicos, para Farias (2000), remetem à ideia de espaços coletivos, local onde os moradores das cidades travam suas relações de identidade e a partir daí, relações entre cidade e cidadão, no sentido de que esses espaços devem ser democráticos, percebidos e vivenciados no cotidiano.

Presentes em qualquer cidade, tais locais constituem áreas destinadas a suprir uma necessidade de lazer da comunidade e sempre fizeram parte da história, com algumas modificações estruturais, mas sempre possuindo a mesma finalidade de socialização e entretenimento.

De acordo com Gehl e GemzØe (2001), o espaço público, mesmo com suas mudanças durante a história, sempre foi o lugar onde as pessoas se reuniam, circulavam e comercializavam, lugar de encontro dentro da cidade. As primeiras notícias sobre a presença de áreas livres conhecida é a Ágora grega e o Fórum romano, espaços livres que deram origem às praças atuais e criaram novas relações de espacialidade (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

A função social do espaço livre, de acordo com Benevolo (1997), originou-se a partir da Ágora, que era um espaço aberto, onde ocorriam encontros, conversas e discussões sobre governo, direito, comércio, religião, indústria e sociabilidade, ou seja, um local de reunião, discussão e encontro.

De acordo com Lamas (2004), a praça se inscreve em definitivo no desenho urbano a partir do Renascimento, nos séculos XVIII e XIX; a praça dentro do desenho urbano representa um espaço coletivo e de permanência, projetado para tal função, fato que o diferencia dos demais espaços vazios da cidade (LAMAS, 2004).

A praça é conceituada como um espaço que não se encontra edificado, junto às áreas de circulação de pedestres e veículos. Nesse sentido, a praça tem presença marcante na composição das cidades, pois é um local intencional de permanência, de práticas sociais e manifestações da vida urbana, representando importantes elementos históricos, culturais e sociais.

### 2.3 PATRIMÔNIO URBANO

A palavra patrimônio vem do latim *patrimonius*, formada pela composição das palavras pai (*pater*) e valor reconhecido (*monium*), que por sua vez está relacionado aos bens familiares, econômicos e jurídicos, que são passados como herança aos descendentes (BARRETTO, 2007).

A significação da palavra patrimônio foi ampliada e, atualmente, engloba os bens construídos dentro de uma comunidade, podendo ser eles materiais ou imateriais.

O patrimônio é construído por fragmentos do passado, que serve como referência básica das relações cotidianas dos moradores com o espaço. Nesse sentido, o patrimônio ativa o imaginário vinculando memória ao lugar, dando valor e significância aos bens culturais.

De acordo com Jokilehto (apud VIEIRA, 2007, p. 5):

“Ao determinar o valor patrimonial de uma área específica, averigua-se a sua integridade a partir de determinadas categoria de uso atuais:

1. Integridade sócio-funcional: que trata da identificação de funções e processos nos quais o desenvolvimento de determinada área tem se baseado ao longo do tempo;
2. Integridade estrutural: refere-se ao que sobreviveu da evolução de uma estrutura ao longo do tempo;
3. Integridade visual: ajuda a definir os aspectos estéticos representados pela área.

Na Carta de Atenas, documento do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, datado de 1933, é enfocada a importância da preservação do patrimônio histórico das cidades, tanto dos edifícios isolados como dos conjuntos urbanos, destacando, segundo Cury (2002, p.52), que:

“A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma”.

O patrimônio cultural edificado é a materialização da memória coletiva, da identidade da cultura e da história de um povo, pois os bens culturais ativam lembranças de tempos passados e mostram a evolução do espaço e dos modos de viver, contribuindo, também, para a formação social dos cidadãos (MESENTIER, 2005).

No patrimônio é onde se encontra parte da memória social e identidade cultural dos cidadãos, portanto desconsiderar o patrimônio urbano é exilar o cidadão e tornar a cidade um espaço estranho e desconfortável para a maioria da população (MAGALDI et al., 1992).

Nessa perspectiva, acredita-se que é necessário um espaço físico com representações simbólicas de uma comunidade, que remete a um lugar de memória. No desenvolvimento das cidades e do Homem, a memória é referência primordial para a construção da identidade, materializada através do patrimônio visível, pois este funciona como um mecanismo da memória.

Por isso, é no patrimônio cultural que a memória e a identidade adquirem materialidade. De acordo com Pelegrini (2007), o conceito de patrimônio abrange legados que foram recebidos do passado e que são continuamente transmitidos aos descendentes, admitindo-se, assim, que o patrimônio é historicamente construído e remete ao sentimento de pertencimento de um indivíduo ou grupo social. Desta maneira, o patrimônio é caracterizador da identidade cultural de um povo e funciona como um importante suporte na formação do cidadão.

Sendo assim, a preservação do patrimônio cultural e o direito à memória são fundamentais na construção da formação

desse cidadão (PELEGRINI, 2007). Na visão de Pedrazzani (2005, p. 24):

A preservação do patrimônio desempenha várias funções, tais como: o reforço da cidadania, uma vez que os bens são propriedade de todos os cidadãos; objetivar, tornar visível e real, essa entidade ideal que é a nação; reforçar a coesão nacional; fonte da prova material das versões oficiais da história da nação, legitimando sua origem, ocupação do território e o poder que a comanda; instrução dos cidadãos (função pedagógica).

É preciso conservar o patrimônio de uma cidade, já que, de acordo com Barretto (2007), a continuidade e contiguidade com o passado dão segurança. Além disso, a construção contínua e qualitativa do patrimônio, permite ao cidadão se reconhecer nele, por meio de uma relação de reconhecimento com o local.

A ampla importância dada ao patrimônio para a formação social dos usuários, mostra que a classificação dos bens culturais a serem preservados deve abranger elementos simbólicos representativos para toda comunidade, sem segregar os bens culturais representativos das minorias excluídas. Para Pelegrini (2007), a seleção dos bens que devem ser preservados deixou de abranger apenas monumentos públicos e religiosos, passando a incluir as estações ferroviárias, mercados públicos, construções contemporâneas e expressões, conhecimentos, danças, celebrações e técnicas populares.

A descaracterização do patrimônio edificado presente nos centros urbanos pode deixar marcas negativas na memória dos cidadãos, que vislumbraram e influíram no espaço. A imagem de deterioração e degradação dos espaços centrais torna esses locais menos atraentes e menos frequentados e, conseqüentemente, locais perigosos e desprotegidos, principalmente no período noturno, fazendo com que a população prefira espaços como shoppings centers, como opção mais confortável e segura para se divertir e fazer compras.

A sensação de pertencer a um determinado lugar não é o bastante, pois é preciso que a comunidade perceba o referido local como sendo dela por direito, e no qual, pode intervir e do qual pode

se apropriar adequando-o aos novos usos e necessidades, garantindo, dessa forma, a concretização da inclusão social (NERY; CASTILHO, 2008).

Quando a comunidade se sente pertencente ao local, o valor cultural passa a ser existencial e de memória, cheio de significados, transmissor de lembranças dos fatos que remetem a esse patrimônio. Segundo Sanchez (1999), quando há a participação dos cidadãos em novos projetos ou serviços urbanos, o grau de aceitação e pertencimento à cidade é maior. Sendo assim, o uso e a preservação desses espaços tornam-se melhores, garantindo, então, o sucesso dessa área e o uso pela população.

### 3 METODOLOGIA

O estudo, de natureza exploratória e qualitativa, ocorreu na cidade Teresina, Piauí na qual foi feito o diagnóstico dos elementos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos, do centro fundacional de Teresina, relevantes para ações de proteção patrimonial.

As pesquisas exploratórias buscam gerar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito (GIL, 2010). Essa modalidade de pesquisa tem a finalidade de obter descrições quantitativas e qualitativas, podendo modificar e clarificar conceitos, cabendo ao investigador encontrar as inter-relações entre as características do ambiente observado (MARCONI; LAKATOS, 2010).

O estudo de caso busca compreender os fenômenos sociais complexos, expandindo e generalizando as teorias (YIN, 1989). Tal estudo busca conhecer de forma ampla e aprofundada um ou poucos objetos, atividade impossível através de outros tipos de pesquisa (GIL, 2010).

A pesquisa consistiu em revisão bibliográfica, coleta de dados *in loco*, elaboração de mapas, relatórios e registros dos imóveis e praças relevantes para ações de proteção patrimonial. O embasamento teórico desta pesquisa ocorreu por meio de levantamentos bibliográficos, documentais (fontes primárias e secundárias) e imagéticos (fotografias e mapas).

A pesquisa imagética possibilitou o levantamento gráfico do centro urbano através de documentos fotográficos, fotos aéreas, plantas fotogramétricas, acompanhado do levantamento fotográfico da situação atual. Para analisar e editar as imagens foram utilizados os *softwares Google Earth, AutoCad, Photoshop* e ArcGIS.

A coleta de dados *in loco* ocorreu por meio de visitas exploratórias para reconhecimento do local, objeto de estudo, em que houve observação não participante sistemática, na qual foi evitada a interação com o espaço analisado (LAKATOS; MARCONI, 2010). Durante as visitas foram utilizados câmera fotográfica e diário de campo, para registrar informações sobre o local. As visitas foram realizadas nos dias 20 de dezembro a 05 de janeiro, 05 a 14 de fevereiro, 24 a 31 de março e 18 a 30 de abril do ano de 2016 sempre nos horários entre 09:00hs e 12:00hs e 14:00hs às 17:00hs. No mapeamento se buscou compreender os elementos arquitetônicos analisados e diagnosticar a situação atual

do cenário urbano do centro, identificando as principais mudanças nos edifícios e praças, ocorridas ao longo do tempo no local objeto de estudo.

Os levantamentos dos dados realizado *in loco* e o documental foram analisados com a finalidade de confeccionar mapas das transformações urbanas e gerar relatórios dos locais que contenham a situação atual dos elementos arquitetônicos, paisagístico e urbanísticos da área objeto de estudo.

### 3.1 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA RELEVÂNCIA DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

A seleção dos imóveis de valor patrimonial existentes no centro fundacional de Teresina ocorreu utilizando-se critérios de avaliação do patrimônio estabelecidos pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico, e Artístico Nacional). Na análise destes patrimônios foram avaliados a integridade do bem, o contexto histórico e a sua significação cultural.

A integridade do bem patrimonial foi relacionada com a inteireza e estado intacto material, social e estético, sendo este capaz de expressar o valor cultural e histórico. Nesse sentido, o bem deve conter os elementos capazes de expressar valor; deve ter dimensão apropriada capaz de assegurar representação das características e processos que atribuíram significado a esse bem e não deve ter sido vítima de descaracterizações e negligências adversas a seu desenvolvimento (RIBEIRO; LIRA, 2012).

A significação cultural de um patrimônio existe quando ele apresenta importância para um grupo, e possui significado quando estiver inserido dentro de um contexto específico. Segundo o art.1 da Carta de Burra (1999, p. 1), “o termo significação cultural designa valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes e futuras.”

Os critérios de avaliação instituídos pela UNESCO (2016, p. 1) que foram utilizados para selecionar os bens culturais são:

- i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
- ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área

cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou

iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou

iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou

v. constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou

vi. estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais).

Será utilizado, também, o Manual de Referência do Patrimônio Cultural: Preparação para a candidatura para o patrimônio mundial, complementar (IPHAN, 2013).

O IPHAN seleciona os bens de valor patrimonial a partir de critérios que se referem à atribuição de valor, que pode ser valor artístico, valor histórico, valor arquitetônico, valor simbólico e/ou valor nacional, e segundo determinados processos, que envolvem o campo teórico do patrimônio cultural (THOMPSON, 2014).

Para identificar e documentar os bens foi utilizado o INRC (Registro Nacional de Referências Culturais) adaptado, o registro de proteção do acervo cultural do Piauí (IPAC-PI) e ficha físico-ambiental utilizado por Benedet (2008).

Esta ferramenta possibilitou mapear e documentar os patrimônios culturais.

O registro é uma ferramenta metodológica que permitir articular elementos: objeto, sujeito e contexto. Tem como intuito conferir valor patrimonial aos objetos e lhes atribuir proteção, possibilitando identificar e classificar um bem.

Os imóveis registrados foram escolhidos devido à sua representatividade histórica e arquitetônica, ao estado de conservação e preservação do bem e também pela possibilidade de acesso a informações sobre o histórico do imóvel a ser analisado, a fim de constatar a importância material e imaterial para a história de Teresina.

A fim de organizar, classificar e sintetizar as informações coletadas foram elaboradas fichas cadastrais dos registros sendo um modelo para os imóveis e outro para as praças. A diferenciação de fichas deve-se a especificidade que cada elemento morfológico requer.

#### Modelo do registro para imóveis

<b>Identificação:</b>			<b>N° da ficha:</b>
<b>Endereço:</b>			
<b>Data de construção:</b>		<b>Autor do projeto:</b>	
<b>Proprietário:</b>			
<b>Justificativa de salvaguarda do bem</b>			
<b>Imagem de localização dentro da área objeto de pesquisa</b>			
<b>Imagens: uma antiga e uma recente</b>			
<b>Uso (Em uso; ocioso)</b>			
<b>Condição atual (em reforma; íntegro/preservado; parcialmente descaracterizado e descaracterizado)</b>			
<b>Categoria de uso atual<sup>3</sup></b>	Civil	Religiosa	Oficial
	Industrial	Militar	Outros
<b>Características arquitetônicas:</b>			
<b>Observações:</b>			
<b>Finalidade original da construção:</b>			
<b>Proteção existente</b>	Não?	Sim?	Qual?
<b>Entorno (edificações próximas):</b>			

<sup>3</sup> Nas categorias serão analisadas as tipologias arquitetônicas. O item institucional abrange teatros, memoriais, museus. E na opção “outros” serão enumeradas as tipologias arquitetônicas como, hospitalar, escolar, funerárias, hospitalidade, entre outras. Tal classificação ocorrerá devido a análise prévia em que se constatou a baixa frequência de encontro dos itens citados acima.

<b>O bem passou por reforma (s)(s)?</b>			
<b>Quando</b>	<b>Uso</b>	<b>Onde</b>	<b>Por quê?</b>
<b>Fonte:</b>			

Registro de análise paisagística

<b>Identificação:</b>		<b>Nº da ficha:</b>	
<b>Endereço:</b>			
<b>Data de construção:</b>		<b>Autor do projeto:</b>	
<b>Proprietário:</b>			
<b>Primeira denominação:</b>			
<b>Justificativa de salvaguarda do bem</b>			
<b>Imagem de localização dentro da área objeto de pesquisa</b>			
<b>Imagens: uma antiga e a uma recente</b>			
<b>Projeto original</b>			
<b>Condição atual (em reforma; íntegro/preservado; parcialmente descaracterizado e descaracterizado)</b>			
<b>Funções</b>	Circulação Esporte e cultura	Permanência Passeios e visitação	Lazer Área de preservação ambiental
<b>Vocação do lugar</b>			
<b>Dimensões</b>		<b>Traçado:</b>	
<b>Infraestrutura:</b>			
<b>Mobiliário/equipamentos</b>			
<b>Luminárias:</b>	<b>Antiga:</b>	<b>Recente</b>	
<b>Bancos</b>			
<b>Lixeira</b>			
<b>Telefone público</b>		<b>Quiosque</b>	
<b>Equipamento urbano (marco simbólico/comemorativo)</b>			
<b>Estado de conservação do mobiliário</b>			
<b>Proteção existente</b>			
<b>Entorno imediato:</b>			
<b>O bem passou por reforma (s)?</b>			
<b>Quando</b>	<b>Uso</b>	<b>Onde</b>	<b>Por quê?</b>
<b>Fonte:</b>			

O registro contribuiu para justificar a significância dos imóveis de valor cultural presentes na área objeto de estudo, a fim de caracterizar a área analisada. Na análise, os imóveis e praças foram separados de acordo com o uso, em edificações religiosas, instituições culturais, prédios administrativos, edificações

educacionais, edificações residenciais, edificações comerciais, elementos paisagísticos e edificações ociosas.

A setorização possibilita avaliar a dinâmica urbana local, sinalizar onde estão situados os bens e a sua disposição em relação a malha urbana.

Os registros buscaram analisar os elementos presentes, suas adaptações ao tempo e valores e significados adquiridos pelo lugar. Portanto, foram levantadas informações sucintas sobre o histórico do lugar e a situação atual, levantamento do histórico do projeto, a partir de fotos e documentos oficiais e o levantamento de campo para verificar a situação atual do bem.

A interpretação dos dados cadastrados nos registros possibilitou a elaboração de gráficos e um sistema de informação geográfica, assim como a elaboração de mapas temáticos. Foram elaboradas 40 fichas, sendo oito fichas de praças e trinta e duas de imóveis.

Após a coleta de dados, realizada de acordo com os procedimentos indicados anteriormente, os dados foram sistematizados e tabulados, a fim de explicitar as características e verificar a situação atual do patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico de Teresina.

## 4 TERESINA

### 4.1 HISTÓRICO

A cidade de Teresina, Piauí, diferente da maioria das capitais do Nordeste foi urbanizada a partir do interior do Estado, decorrente da rota do gado (Figura 7), realizada pelos bandeirantes e pela ação evangelizadora de missionários, estratégia utilizada para ocupação do território brasileiro.

Figura 7 Rota do Gado no Nordeste



Fonte: TOLLSTADIUS (2013)

A região escolhida para a fundação da cidade, ficava próxima ao Arraial do Poti, região já povoada desde o século XVII, com a chegada dos Bandeirantes, que colonizaram o Estado, estabelecendo feitorias e criatórios de gado. A localização para implantação da cidade de Teresina foi a Chapada do Corisco, onde, ainda em abril de 1851, alguns proprietários de terreno começaram a construir domicílios, em apoio à transferência da capital para o local (PIAUI, [20.--]).

Muitos foram os motivos para transferência da capital do Piauí, para um local que proporcionasse o desenvolvimento econômico e político do Estado. Várias cidades foram cogitadas tais como: Amarante, Campo Maior e Parnaíba, pois já apresentavam desenvolvimento econômico importante para a época, porém a Vila do Poti se destacava das demais, pois estava entre a confluência dos Rios Parnaíba e Poti, que de acordo com

Gandara (2011), por muitos anos foi a única passagem entre o norte da capitania e o restante do Brasil.

A concepção do projeto da nova capital chegou antes da ocupação do espaço urbano. O mesmo foi desenhado por Conselheiro Saraiva<sup>4</sup> e o mestre de obras da província, João Isidoro França<sup>5</sup>. Braz e Silva (2011) afirma que a escolha do local para implantação da nova capital foi influenciada pelos escritos de D'Alencastre (secretário de governo na época), que descreveu a região do Poti, como vila mercantil, situada entre dois rios (Parnaíba e Poti) e demais afluentes, com comércio desenvolvido que fornecia produtos para as regiões próximas. Segundo D'ALENCASTRE (1857, p. 43):

O rio Parnahiba é tão proprio para uma grande navegação, producção, e cultura, que espontaneamente na barra que nelle faz um dos muitos, que so lhe ajuntam, e quesao navegaveis até certa distancia, principalmente no tempo das chuvas, chamado Puty, um dos ditos de maior prolucção, se formou uma povoação tal com negocio, capella e um cura d'esta freguezia, que não só é melhor que quasi todas as villas, como que não precisa mais nada do que a creação de um juiz.

Devido a tais qualidades geográficas e econômicas, do ponto de vista de Saraiva seria o local adequado para implantação

---

<sup>4</sup> Político e estadista brasileiro nascido em Santo Amaro, BA, conselheiro do império. Formado pela faculdade de direito de São Paulo (1846), elegeu-se membro da assembleia em sua província (1849) e foi nomeado (1850) presidente da província do Piauí, onde ganhou notoriedade por transferir, contra forte oposição, a capital provincial da cidade de Oeiras para Teresina. Foi seguidamente nomeado para cargos políticos em vários Estados do país. Participou da elaboração de leis como: a que declarava todos os escravos acima de 65 anos livres e a lei sobre eleições diretas. Homem de confiança de D. Pedro II. (UFCEG, 2017).

<sup>5</sup> Nascido em Portugal. Foi enviado por Saraiva, de São Gonçalo do Amarante, onde estava construindo a obra pública da ladeira do Castelo, para dar início às obras da futura sede do Governo piauiense (IPHAN, 2008).



Cunha Castello Branco, e tal fato facilitou o processo de desapropriação e negociação para compra (IPHAN, 2008).

Em 1850, foi construído o marco Zero, onde havia anteriormente uma capela às margens do Rio Parnaíba, atual Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo. A Vila foi elevada à Categoria de uso atual de cidade pela resolução N° 315, de 21 de julho de 1852. Em 16 de agosto do mesmo ano, a transferência da capital é oficializada, sendo instalada definitivamente dois meses depois (TERESINA, 2015).

Segundo Abreu e Lima (2000, p. 21-22), a definição do marco zero como a igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo apresenta três significados especiais para os teresinenses:

1° o religioso, pois consagra o nascimento do povoamento à fé cristã-católica; 2° o delimitador, visto que a partir daquele ponto definem-se outros marcos que possibilitam delimitar o espaço que comportaria a cidade na sua concepção original e posterior ampliação e 3° urbanístico, porque a partir do marco zero é traçado o plano original de Teresina – com indicação de ruas, praças, avenidas, cemitério, poço, casa de pólvora...

Teresina foi fundada no Brasil Colonial sob regime imperial, apresentando algumas características urbanísticas aplicadas naquele período. Tais características são resultantes da legislação portuguesa que regulamentava a construção de vilas e cidades da época.

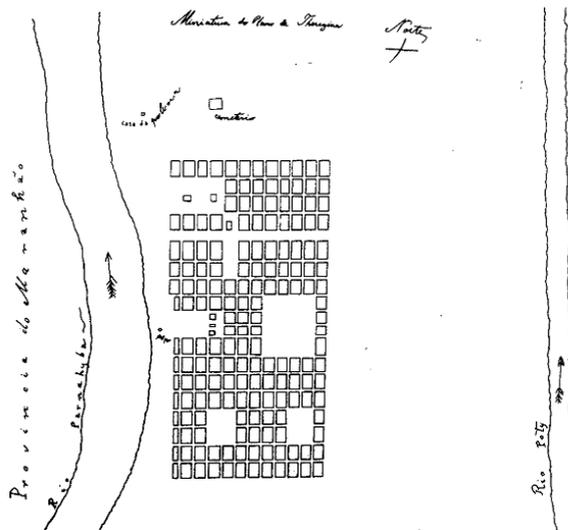
O traçado urbano da nova capital, conhecida como “Plano de Saraiva”<sup>6</sup>, segue preceitos da legislação urbanísticas portuguesa. O modelo utilizado (Figura 9) apresentava em sua composição linhas retas, regularidade de volume, rigidez geométrica e concentração dos poderes estabelecidos – governo, justiça e igreja no entorno da praça principal, diferente do modelo

---

<sup>6</sup> Não existe certeza constatada sobre a autoria do plano urbanístico originalmente implantado; figuram dentre seus autores o próprio Saraiva e o primeiro Mestre de Obras da Província, João Izidoro da Silva França (iphán, 2008).

português que não apresentava o prédio religioso junto aos do governo e da justiça (BRAZ E SILVA, 2011).

Figura 9 Plano de Teresina, 1852.



Fonte: RECENSEAMENTO DE 1872, COLEÇÃO MAPAS DO IMPÉRIO.

O complexo igreja-praça foi implantado como elemento balizador da configuração da cidade, inspirado nas povoações setecentistas das antigas nucleações, fato comum na implantação das vilas e cidades do sertão (IPHAN, 2008).

Para a implantação da nova capital em tempo hábil foi utilizado o traçado de plano ortogonal (malha em xadrez), pois ela possuía condições geográficas e topográficas favoráveis à sua locação. Sendo assim, o local escolhido era uma chapada coberta de vegetação rasteira e com poucas curvas de nível, onde seria possível construir a nova cidade próxima ao rio Parnaíba e longe de áreas sujeitas a inundação (IPHAN, 2008).

A posição geográfica de Teresina em relação ao norte magnético indica que as ruas foram orientadas no sentido sudeste/noroeste e sudoeste/nordeste, constata-se que não foi utilizada a heliotécnica para o traçado urbano (BRAZ E SILVA, 2012). Por isso, pode-se constatar que não foi levada em consideração a posição de ventos predominantes na região (ventos

sudeste e nordeste) e nem a incidência solar da cidade, que, por sua vez, está situada próxima da linha do Equador sendo consequentemente, um local com altas temperaturas.

A estruturação e disposição dos lotes propostos para a locação dos imóveis é parecida com a realizada no entorno das praças portuguesas, exceto pela presença do mercado público. De acordo com Braz e Silva (2011), provavelmente, a presença do mercado público no local se deva à importância do comércio para a cidade, principalmente, porque a transferência e construção da nova capital foi realizada para atender o desenvolvimento econômico do Estado.

Os prédios públicos mais importantes para a administração, como a sede do governo, quartel, igreja matriz, edifício do tesouro e o mercado público, foram implantados no entorno da Praça Marechal Deodoro, na época denominada de Praça da Constituição (Figura 10).

Figura 10 Praça da Constituição (atual Praça Marechal Deodoro), em foto de 1910, autor desconhecido.



Fonte: SILVA FILHO (2007), adaptado pela autora.

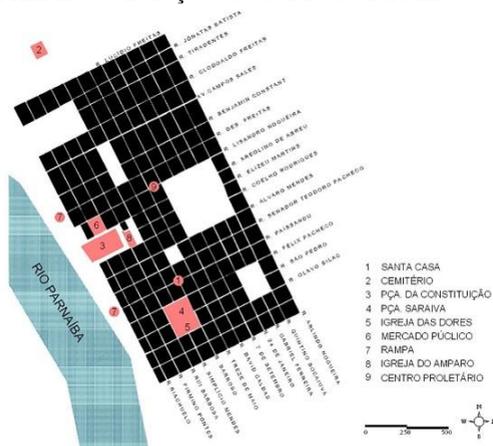
A forma como foi implantada a praça, a igreja e os imóveis de frente para o rio, sugere, segundo Braz e Silva (2011), que foi pensando em uma estratégia de defesa comum às legislações urbanísticas coloniais portuguesa.

A urbanização da nova capital foi distribuída em ruas planejadas, com quadras de 40 x40 braças (88x 88 metros). As quadras foram divididas em 2, 4, 8, 10 lotes, que foram distribuídos gratuitamente, a fim de incentivar o povoamento (IPHAN, 2008). Tal conformação se diferencia das antigas colônias, em que na maioria das vezes uma quadra correspondia a um lote inteiro.

Segundo Braz e Silva (2011), para a transferência da capital foi necessário alugar ou construir rapidamente os imóveis destinados às repartições públicas no local de implantação, garantindo assim, o funcionamento da administração do governo. Segundo a autora, o Conselheiro Saraiva forneceu ajuda de custo aos funcionários do Governo para a construção de habitações na capital.

As primeiras construções de Teresina (Figura 11) foram: Igreja do Amparo, Santa Casa, Cadeia, Igreja das Dores, Instrução Pública, Escola Normal, Biblioteca, Escola Noturna, Educandos Artífices, Teatro, Mercado, Cemitério, Palácio, Tesouro Provincial, Quartel de Linha, Rampas e Taludes (TOLLSTADIUS, 2013). A maioria dos imóveis citados acima apresentam características da arquitetura neoclássica eclética, estilo utilizado no início do século XX.

Figura 11 Primeiras construções do Centro de Teresina.



Fonte: TOLLSTADIUS (2013).

De acordo com Abreu e Lima (2000, p.23), a partir da análise do Plano original de Teresina comparado a situação atual, constatou-se que o Plano original já previa a expansão da cidade, no entanto, no desenho inicial foi demonstrado apenas uma parte demarcada; o eixo inicialmente construído estava compreendido entre as Avenidas Joaquim Ribeiro na zona sul, e o eixo da Rua Amazonas, na zona norte, no sentido Oeste-Leste. Esse limite corresponde hoje às ruas João Cabral e Arlindo Nogueira.

A disposição e área para a construção das praças D.Pedro II e João Luís Ferreira foram alterados; a Igreja Nossa Senhora do Amparo é ponto de referência para o traçado geométrico da cidade que se estendia 1.500 braças para o sul e 1,500 braças<sup>7</sup> na direção norte (Figura 12), correspondendo a uma área de 43 quilômetros quadrados, com os seguintes confrontos atualmente incluídos no bairro Centro: ao norte, o largo do quartel do batalhão (Campo de Marte, atual Estádio Municipal Lindolfo Monteiro), e ao sul, o Barroco (Rua Santo Antônio, atual Av. José dos Santos e Silva) (ABREU; LIMA, 2000).

Figura 12 Delimitação dos marcos de delimitação do patrimônio territorial de Teresina.



Fonte: ABREU; LIMA (2000)

#### 4.2 EXPANSÃO NOS ANOS INICIAS

De acordo com Abreu (1987), após a mudança da capital, ocorrida em 1852, ocorreu acentuado aumento da população que

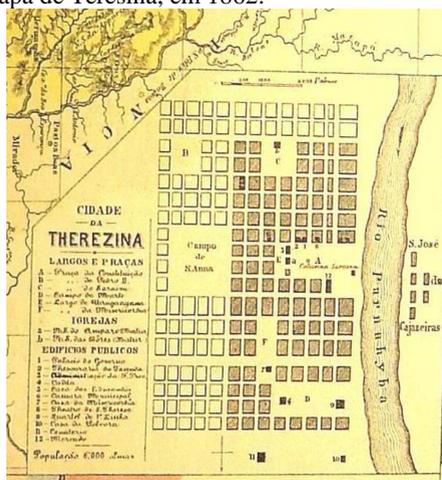
---

<sup>7</sup> “À época da construção de Teresina, a braça e o palmo eram utilizados como unidades de referência para medir propriedades patrimoniais, estradas, ruas e lotes de terras. No sistema métrico decimal, a braça equivale a 2,20m e o palmo, a 22cm” (BRAZ E SILVA, 2011, p. 64).

passou de 49 (quarenta e nove) habitantes, para mais de 8 (oito) mil pessoas, somente na segunda década depois da transferência.

Em 1860, Teresina possuía cerca de um quilômetro de extensão no sentido norte-sul. Enquanto no sentido leste-oeste as casas iniciavam-se na margem do Rio Parnaíba e terminavam pouco além das atuais Praças Saraiva e Marechal Deodoro, as únicas existentes naquela época (Figura 13) (GANDARA, 2011).

Figura 13 Mapa de Teresina, em 1862.



Fonte: ACERVO ARQUIVO NACIONAL (1862)

A cidade até a década de 1940 era conhecida como “entre rios”, pois seu perímetro urbano era, praticamente, limitado pelos rios Parnaíba e Poti.

Somente a partir da segunda metade do século XX, decorrente de um processo migratório, a configuração da paisagem de Teresina torna-se mais dinâmica (FAÇANHA, 1998).

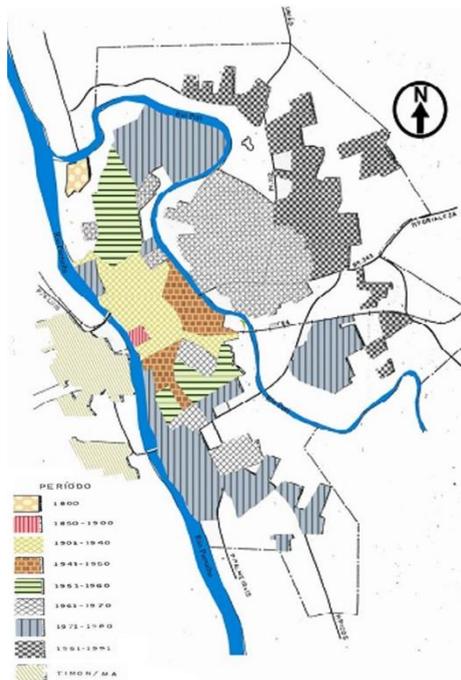
A cidade de Teresina desempenha papel de sede administrativa, desde a sua fundação, atraindo inúmeros serviços, além de sua crescente função comercial. Como reflexo de tal atuação na rede urbana, observa-se que a cidade sofreu modificações no seu tecido urbano com o aparecimento de novas

áreas de crescimento entre os anos de 1940 e 1950 (FAÇANHA, 1998).

Nas décadas de 1960 a 1980, a pavimentação de ruas, avenidas e a construção de pontes sobre o rio Poti foram importantes para a expansão da malha urbana. Entre elas, destaca-se a ponte Juscelino Kubitschek que dá acesso à Zona Leste, ligando a Avenida Frei Serafim à Avenida João XXIII, na supracitada zona. Nos anos de 1990, destaca-se ainda, em direção à Zona Leste, a construção de uma nova ponte sobre o rio Poti denominada de Wall Ferraz (CARDOSO, 2006).

Abaixo é apresentado um mapa (Figura 14) demonstrado a evolução do perímetro urbano desde 1800, antes da implantação da capital, até o ano de 1991.

Figura 14 Mapa de evolução da ocupação do perímetro urbano de Teresina – PI.

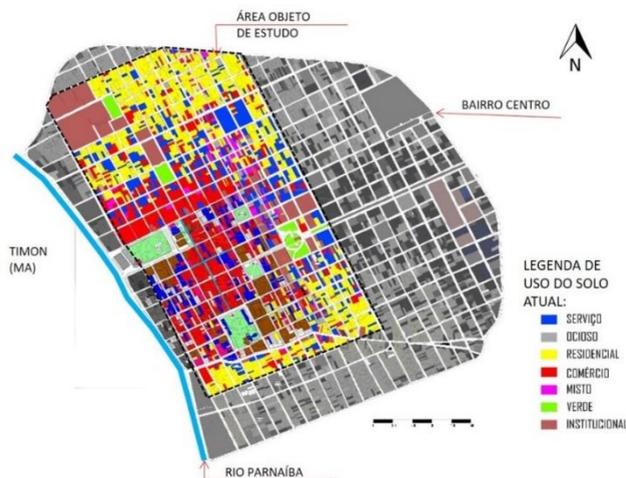


Fonte: FAÇANHA (1998, p. 83).

Devido à expansão de Teresina, além das fronteiras dos rios, houve a migração dos moradores do Bairro Centro para os novos

bairros que estavam surgindo na cidade. Conseqüentemente, o bairro Centro foi perdendo características de zona residencial e se tornando cada vez mais zona comercial e, com isso, as tipologias dos imóveis nela existentes foram modificados para atender a novas necessidades dos usos aos quais eram destinados (Figura 15). Teresina cresceu para o norte, sul e leste, pois a oeste faz divisa com a cidade de Timon no Estado do Maranhão, ambas separadas pelo Rio Parnaíba. Timon, antes Vila Flores, fundada em 1890 e emancipada em 1922, funciona como cidade dormitório e seu desenvolvimento está atrelado a Teresina, pois boa parte de sua população trabalha e estuda na capital piauiense.

Figura 15 Sobreposição dos usos do solo atual sobre a área objeto de estudo



Fonte: CAMPELO; SILVA (2014), adaptado pela autora

A Zona Centro vem, desde alguns anos, passando por um esvaziamento residencial, enquanto as demais zonas da cidade apresentam um crescente aumento populacional, nas últimas décadas (Tabela 1).

Tabela 1 Teresina: evolução da população residente por zonas, 1991 a 2010.

Zona	Ano 1991	Ano 1996	Ano 2000	Ano 2007	Ano 2010
<b>Centro</b>	<b>142.827</b>	<b>134.257</b>	<b>126.556</b>	<b>122.333</b>	<b>118.923</b>
<b>Leste</b>	85.694	116.056	132.340	152.943	167.443
<b>Norte</b>	131.984	139.842	159.147	170.300	178.755
<b>Sudeste</b>	89.048	102.513	118.442	126.333	134.119
<b>Sul</b>	103.075	117.510	136.901	158.587	168.287

Fonte: IBGE (2010).

A saída de muitos moradores do bairro Centro para outros mais afastados, também, funcionou como uma “limpeza”, com a retirada da população mais pobre para áreas mais periféricas, com o intuito de embelezar o centro e ampliar as principais vias urbanas do centro de Teresina (NASCIMENTO, 2007). O esvaziamento do centro e os novos bairros que surgiram, foi uma tentativa do poder público de modernização da cidade, com a criação dos conjuntos habitacionais, pela política habitacional, que abrigaria a população carente.

#### 4.3 LEGISLAÇÃO URBANA DE TERESINA REFERENTE AO CENTRO E AO PATRIMÔNIO

Desde os primeiros anos de Teresina, foram pensadas medidas legislativas para regular o desenvolvimento e gestão urbana. Segundo Chaves (1998), as posturas municipais revelam como os legisladores trabalham para organizar a dignidade, civilidade e sociabilidade da cidade, buscando mitigar as fraquezas e lacunas da vida urbana.

Em 1867, foram aprovadas as primeiras posturas da Câmara Municipal. Segundo Coutinho (2014), foram elaboradas regulações e normas sobre a concessão de lotes, dimensionamento dos passeios públicos, limpeza das ruas e dos terrenos vazios, estética das fachadas, em que se previa que os imóveis deveriam ser caiados uma vez por ano. Também no Artigo 42 do Código impunha que não fossem construídas casas de palha até a décima urbana.

Muitas das primeiras Posturas Municipais estavam relacionadas ao arranjo e à estética urbana, como por exemplo, a arborização. Segundo Chaves (1998, p. 38), deveria se

“[...] plantar árvores frutíferas, de preferência a mangueira, tamarindeiro, jaqueira, pequi, bacuri, nas estradas, em terras de seu patrimônio, de um e outro lado, especialmente: desde o cemitério até o extremo do Campo de Marte; em todas as praças e quadros dos limites da décima urbana; em todos os portos e passagens públicas e nas proximidades das casas de passagens; no matadouro público, em derredor do curral, e pelo menos quatro arruamentos de doze árvores cada um, na frente do mesmo matadouro.”

Entre os anos de 1905 e 1908, teve início o processo de modernização da capital, intensificação nos serviços de urbanização da cidade, em diversas reformas na região central.

Melo Filho (2000) afirma que a reforma do centro de Teresina foi um dos maiores feitos do Código de Posturas de 1905, pois através dele foi dado início às primeiras obras de modernização da capital, como saneamento básico, calçamento, higienização da cidade, arborização, construção de jardins públicos, iluminação elétrica (que ocorreu entre os anos de 1910 e 1912) e abastecimento de água.

O Código de Posturas de 1905, buscava propor uma Teresina com ordem urbana disciplinada, uma população comportada e civilizada. Quando não fossem cumpridas as normas, seriam aplicadas multas e prisões, a fim de barrar situações inapropriadas e não civilizadas. Entre as medidas propostas, segundo a periódico (GAZETA 1906, p.2) estão:

[...]proibição de enterrar cadáveres na Igreja; deixar gado vacum ou cavalar, cães e porcos soltos pelas ruas e praças; lavagem de roupa nos poços públicos do centro da cidade; andarem embriagados pelas ruas; fazerem vozerias, tumultos, algazarras ou preferirem palavras obscenas ofensivas à moral.

Em 1912, foi constituído um novo código de posturas, que visava a busca de salubridade, voltadas principalmente para a forma de construir, porém muitas normas referentes ao Código de Obras de 1905, ainda, estavam vigentes, até a década de 1930 quando foi criado um novo código.

Na década de 1930, período histórico do Estado Novo no Brasil, foi lançado um novo código de posturas. Em 16 de maio de 1939 foi publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto – Lei n.º 54 de três de abril de 1939, da Prefeitura Municipal de Teresina, que determinava que as novas construções da cidade deveriam ter paredes de alvenaria de pedra, tijolo e concreto simples, permitindo a Prefeitura executar e demolir imóveis sem essas características, com a justificativa de trazer higiene, salubridade e embelezamento para a cidade (NASCIMENTO, 2010). Essas transformações queriam trazer para Teresina símbolos modernos já incorporados no cotidiano das principais capitais do Brasil. No entanto, significativa parcela da cidade carecia de infraestrutura básica, como água canalizada e tratada, energia elétrica, ruas calçadas, além do elevado grau de pobreza existente, em que boa parte da população morava em casas de palha.

Para o centenário de Teresina, que ocorreu no ano de 1952, pouco ou nada mudou em relação à infraestrutura urbana, como relatado no jornal do Comércio, na edição de janeiro do mesmo ano:

Cidade esburacada; cheia de lama no inverno e também na seca; poeira, lixo e até carniça e mictórios nas ruas urbanas; os meios fios, quer onde já passa o calçamento e onde o mesmo não passa, muito descuidados e cheios de mato e lama podre; mercados imundos, e nos bares e botequins... nem é bom falar [...] E a vergonha será somente para nós apresentarmos Teresina, no seu primeiro Centenário, nas condições em que se acha [...] Se um turista que nos chegue pelo Centenário visitar o Cemitério, os Mercados, o Matadouro e a Praça Deodoro, é certo que dirá ter pisado a terra mais imunda e abandonada do mundo. Sairá cuspiendo de nojo. (JORNAL DO

COMÉRCIO, 1952, p.3, apud  
NASCIMENTO, 2010, p.6).

Teresina começou a se expandir a partir da segunda metade do século XX, devido ao processo migratório, que modificou as relações socio-espaciais existentes no bairro Centro, resultando no surgimento de novas relações entre os bairros construídos ao longo do crescimento da cidade. As décadas desta fase são: 1950, 1960 e 1970, e foram essenciais para a configuração da paisagem atual do bairro Centro (CARDOSO, 2006)

A mudança da população do bairro Centro para outras zonas urbanas da cidade, teve um grande impacto na a paisagem urbana do centro, pois se iniciou a mudança de usos dos edifícios residenciais para se tornarem pontos de prestação de serviços e comércio, e em alguns casos as edificações foram demolidas para dar espaços aos estacionamentos privados e para construção de novos imóveis.

Segundo Cardoso (2006), o bairro centro compreendeu por aproximadamente 100 anos o perímetro urbano da cidade de Teresina, e nele estão presentes significativos bens de valor histórico e patrimonial da cidade.

Desta forma, os elementos morfológicos que constituem a paisagem do bairro Centro são referências histórica e cultural para a cidade e definem a singularidade de sua paisagem, como as “primeiras residências e os prédios institucionais da administração pública, os pontos comerciais, as praças, os teatros e clubes (MELO, 2002, p.10 apud CARDOSO, 2006, p. 60).

Foram elaborados vários planos de desenvolvimento urbano para Teresina, no entanto poucos davam atenção ao planejamento da área central, eles estavam preocupados em solucionar os problemas decorrentes do aumento da população. Somente em 1977 elaborou-se o Primeiro Plano Estrutural de Teresina (1º PET) pelo Instituto de Planejamento e Administração Municipal (IPAM) foi o primeiro plano a apresentar propostas de preservação do patrimônio históricos (COUTINHO, 2014).

No ano 1989, ocorreu o Fórum sobre o centro de Teresina, no qual se colocou em pauta a necessidade de se discutir estratégias

para gerir a área central da cidade, no entanto por não apresentar uma metodologia de trabalho e pouca objetividade nos diagnósticos e nas propostas, não houve a aplicação do projeto (TERESINA, 2002).

Segundo Coutinho (2014), neste período foi instalada a Fundação Pró-Memória e houve a edição de leis nas esferas de governo locais, como a Lei Estadual de Tombamento nº 1.942/1988, que tratava sobre o tombamento e a preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico. Em nível estadual, foi elaborada a Lei Estadual nº 4.515, de 1992, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Estado. Esta lei visava resguardar o patrimônio de natureza material e imaterial, relacionados à memória e identidade das comunidades piauienses, que apresentem valor cultural.

Em 1997, um outro fórum sobre o Centro de Teresina foi realizado pela Prefeitura Municipal e órgãos ligados a ela, com a participação da Câmara de dirigentes lojistas (CDL). Nele foram reivindicadas algumas medidas, como a retirada de vendedores ambulantes das ruas e calçadas do centro da cidade, melhoria no trânsito e na segurança da região e, também, medidas contra a crescente descaracterização do Patrimônio Cultural da região (TERESINA, 2002).

No Segundo Plano Estruturante de Teresina (2º PET), foi criado um Código de Patrimônio Ambiental, a fim de proteger o meio ambiente e alguns imóveis relevantes do patrimônio arquitetônico. Foram criadas oito zonas de preservação, sendo a zona de preservação - ZP1 referente a preservação do Patrimônio situado no Centro da cidade e as demais zonas relacionadas aos espaços livres públicos e às margens dos rios e lagoas. Sendo que em 2006 foi publicada uma lei designando quais as áreas de interesse de cada zona de preservação (TERESINA, 2002).

De acordo com Coutinho (2014), no ano de 1993, o poder público reconheceu que a cidade apresenta significativa quantidade de bens de valor artístico, histórico e estético que devem ser preservados, no entanto a política de preservação abrange, apenas, 97 prédios da cidade e 23 espaços urbanos. A política de preservação pouco protege os bens patrimoniais, sendo comum encontrar fachadas preservadas e o interior do imóvel demolido ou reformado para novos usos, como por exemplo, para estacionamento.

No ano de 2001, a Prefeitura de Teresina elaborou o plano de desenvolvimento estratégico para cidade, chamado de "Plano Estratégico de Teresina – Teresina Agenda 2015". Com participação da sociedade civil organizada e dos órgãos municipais, em conjunto com princípios da Agenda 21, documento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano de 1992, foram consideradas seis dimensões para a construção de uma cidade sustentável: Ambiental, Social, Econômica, Política, Cultural, Urbanística (TERESINA, 2002).

A Agenda Teresina 2015 deu origem, em 2006, a Lei nº3.558, o Plano Diretor de Teresina. Na referida lei, os programas recomendados na Agenda 2015 foram transformados em diretrizes, a fim de orientar o desenvolvimento sustentável do município. Os objetivos relacionados à Revitalização do Centro de Teresina, contidos no Plano Diretor de Teresina, para serem implementadas até 2015, estão ligadas à reabilitação da paisagem urbana: preservação do patrimônio histórico e cultural, o zoneamento mais adequado às atividades de polarização urbana, a organização das atividades comerciais no Centro e a integração da sociedade civil às políticas públicas (PEREIRA; NOGUEIRA, 2013).

As ações da Agenda 2015, que foram implantadas foram: o remanejamento dos vendedores ambulantes para o Shopping da Cidade, construída para abrigar os vendedores ambulantes do centro, a requalificação das ruas Simplício Mendes e Álvaro Mendes (Figura 16, Figura 17 e Figura 18), a melhoria de pontos de ônibus e a redistribuição de mais linhas de transporte público urbano para as Praças Marechal Deodoro e Saraiva, a Restauração da fiação elétrica do Mercado São José (Mercado Central) e a realização de eventos culturais no centro, como o Coletivo Salve Rainha (grupo de pessoas que realiza eventos culturais, visando valorizar a arte local, o patrimônio arquitetônico e o espaço público de Teresina).

Figura 16 Rua Simplício Mendes antes da requalificação.



Fonte: Teresina, 2008.

Figura 17 Shopping da Cidade.



Fonte: Teresina, 2008.

Figura 18 Proposta para requalificação da Rua Simplício Mendes



Fonte: Teresina, 2008.

Os interesses comerciais estão deteriorando cladestinamente o patrimônio arquitetônico do centro, devido às reformas e demolições dos imóveis no centro, além do uso errôneo da publicidade nas fachadas de pontos comerciais, que as cobrem totalmente as mesmas (Figura 19). A lei responsável pela regulamentação da publicidade é a Lei Municipal nº3.566 de 22 de junho de 2006, que estabelece o tamanho de propagandas publicitárias no tamanho igual ou inferior a 2,00 m (dois metros), evitando a poluição visual causada pela publicidade irregular nas fachadas.

Figura 19 Fachadas irregulares



Fonte: Acervo do autor, 2013.

Em 2006, foi sancionada a Lei Municipal nº 3.602, relacionada a preservação e o tombamento do Patrimônio Cultural

de Teresina, que visa regulamentar a política de proteção e valorização do patrimônio cultural e incentivar a conservação dos bens representativos. No entanto, houve falhas e pendências, principalmente porque não foi criado o Conselho Municipal de Patrimônio. É um importante instrumento de fiscalização e tem o poder de aplicar multas, quando as normas referentes aos bens de valor histórico e aos patrimônios não forem cumpridas. Devido à falta deste instrumento é visível que houve frequentes demolições e reformas que descaracterizaram imóveis de valor patrimonial.

No entanto, mesmo com a criação destas leis municipais e estaduais para salvaguardar os imóveis presentes no centro urbano de Teresina, as medidas legislativas não são respeitadas pelos agentes imobiliários, que modificam as edificações de valor patrimonial. Por sua vez, os órgãos públicos não aplicam as medidas de fiscalização e penalização nos responsáveis pela descaracterização.

Na área objeto de estudo apenas 11 (onze) imóveis são salvaguardados pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Em nível federal tem-se apenas a Igreja São Benedito, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN. No âmbito estadual, a Secretária de Estado de Cultural do Piauí - SECULT apresenta os seguintes imóveis tombados: Palácio de Karnak, Teatro 4 de Setembro, Clube dos Diários, Cine Rex, Museu do Piauí, Casa da Cultura - Barão de Gurguéia, Fundação Wall Ferraz (Prédio da Antiga Intendência de Teresina), Prédio da Companhia Editorial do Piauí (COMEPI), Casa Dona Carlotinha e o Palácio da Cidade (Sede da Prefeitura Municipal). A nível municipal, os imóveis tombados na referida área são: Igreja de Nossa Senhora do Amparo, Edifício da Justiça Federal, Prédio da Antiga Intendência de Teresina, Fábrica de Fiação, Casarão dos Libório (Museu de Arte Sacra Dom Paulo Libório), e novamente o Casarão do Barão de Gurgueia e o Palácio da Cidade.

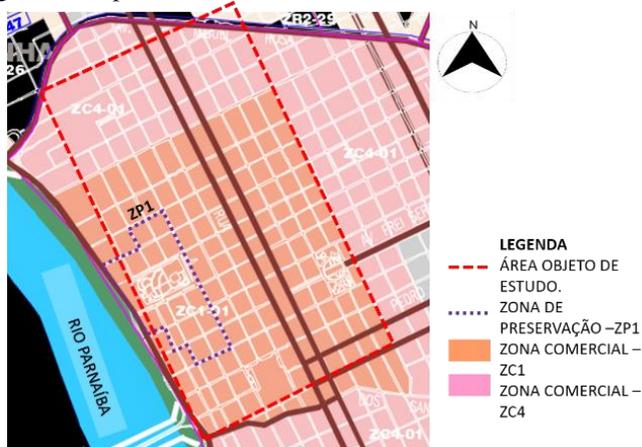
No entanto, estes imóveis não recebem o devido cuidado por parte dos órgãos públicos e pela população. Este fato dificulta a valorização da identidade e memória destes bens e, conseqüentemente, a preservação e conservação dos mesmos.

A prefeitura Municipal de Teresina, também, a Lei Municipal nº 3.602, de 27 de dezembro de 2006, responsável pela preservação e tombamento do Patrimônio Cultural do Município de Teresina. Em seu artigo 4º é mencionado que compete ao Poder Público Municipal a implementação da política de proteção e

valorização do patrimônio cultural e a promoção contínua da conscientização pública para a conservação do patrimônio cultural.

A lei municipal complementar nº 3.563, de 20 de outubro de 2006, instituiu a preservação da Praça da Marechal Deodoro e as várias quadras próximas, definidas como zona de proteção ZP1 (Figura 16 Mapa de zoneamento da área). Nesta zona as fachadas dos imóveis de valor patrimonial, citadas na lei acima devem ser preservadas. No entanto não está sendo respeitada pelos agentes imobiliários e os gestores públicos são omissos, pois falta uma fiscalização rígida da lei.

Figura 16 Mapa de zoneamento da área



Fonte: Teresina, 2010, adaptada pelo autor.

Na zona de preservação ambiental ZP1, esta lei tem o objetivo de preservar o patrimônio arquitetônico e histórico e regulamentar as reformas, evitando descaracterizar a área. Os artigos da lei municipal complementar nº 3.563, de 20 de outubro de 2006. Entre as determinações dessa lei destaca-se:

Quando houver necessidade de reforma as características arquitetônicas, artísticas e decorativas na fachada dos imóveis devem ser mantidas, incluído as do telhado. Na reconstrução parcial da edificação a lei declara que o gabarito máximo é de 9 (nove) metros, o recuo frontal de 2,5 m (dois metros e meio), a partir do limite superior do alinhamento, a taxa de

ocupação máxima do terreno é de 90% (noventa por cento), pé-direito mínimo de 2,20m (dois metros e vinte), quando for preciso usar mezanino, o uso de toldo é permitido e não há a necessidade de espaço para estacionamento seus edifícios possuem tombamento parcial, no qual a fachada está protegida pela referida lei.

De acordo com a lei complementar municipal nº 3.560, de 20 de outubro de 2006 e a lei municipal complementar nº 3.562, de 20 de outubro de 2006, que define o uso e a ocupação do solo urbano de Teresina, a área analisada encontra-se na ZC 1 (zona comercial), que corresponde a centro de média densidade, acomoda a área mais antiga da cidade, onde estão inseridos comércios e serviços que atendem toda a cidade e também cidades próximas, sendo um comércio que gera grande fluxo de pessoas, serviços e capital financeiro na área.

É notório que as medidas tomadas durante esses vários anos não foram suficientes para atender as necessidades e demandas relacionadas ao centro e a preservação do patrimônio nele presente. Sendo que, atualmente, o centro apresenta diversos imóveis de valor patrimonial ociosos ou subutilizados e pouca ou nenhuma ação dos órgãos públicos para valorização do patrimônio arquitetônico e urbano.

#### 4.4 AS PRAÇAS E O CENTRO

Para Silva (2010, p.18), “as praças são documentos materializados na paisagem urbana, testemunhando épocas pretéritas, sinalizando a história da cidade”. As praças existentes na área central de Teresina são de extrema importância dentro da malha urbana, pois são “referenciais indispensáveis na leitura do centro antigo da cidade” (IPHAN, 2008, p.17). Algumas delas fazem parte da configuração do desenho urbano inicial da capital.

No traçado inicial de Teresina já foram previstos espaços disponíveis para a localização das praças. A Praça Marechal Deodoro, localizada junto à Igreja Nossa Senhora do Amparo, elemento balizador da configuração da cidade. De acordo com Braz e Silva (2011, p.226), a malha urbana inicial de Teresina tem

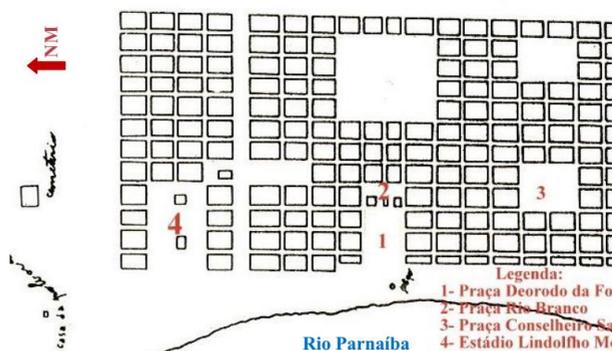
proporção métrica, onde a Praça Marechal Deodoro é o módulo e elemento estruturador do plano:

A malha urbana proposta no Plano Saraiva tem proporção métrica, em que o módulo é dado pela praça principal (Praça Marechal Deodoro): em sua figura geométrica, o lado maior equivale a três módulos; o menor, a dois. E é neste aspecto, a origem do módulo, que o planejamento de Teresina difere de outras cidades coloniais portuguesas regulares, onde o módulo mais provável é o palácio. É o caso de Damão, colônia portuguesa na Índia, exemplo bem-sucedido de cidade colonial além-mar, apesar de seu desenho regular não ser usual entre as cidades portuguesas antes da reconstrução de Lisboa em 1755.

De acordo com o IPHAN (2008), no desenho inicial foram experimentados novos conceitos urbanos, com projetos de praças dissociadas das igrejas, posteriormente servidas de mobiliário, de arborização pública e de monumentos comemorativos.

As primeiras quatro praças (Figura 20) construídas foram: a Praça Marechal Deodoro, em cujo entorno era encontrada a igreja Nossa Senhora do Amparo, órgãos do governo e da justiça, além de centros comerciais; a Praça Conselheiro Saraiva, defronte à igreja Nossa Senhora das Dores, com centros comerciais e de lazer na adjacência; a praça Rio Branco, situada por trás da Igreja Nossa Senhora do Amparo, tinha próximo um centro de lazer e comércio, e a quarta praça, antigamente, conhecida como Campo de Marte, que hoje é um campo aberto para esportes, abrigou em seu entorno o batalhão de polícia e o hospital de Caridade (BRAZ E SILVA, 2012).

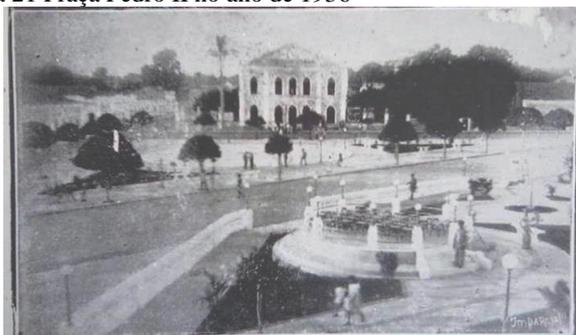
Figura 20 Sistema de praças no plano de Saraiva



Fonte: BRAZ E SILVA (2011)

As praças de Teresina, nas primeiras décadas, significavam um espaço importante e tinham muitas formas de entretenimento da cidade. Nelas as famílias se reuniam, as crianças brincavam e os jovens aproveitavam para se encontrar e namorar. O uso do espaço refletia o tipo de ocupação de seu entorno, tipicamente residencial. Segundo Lima (2001), as praças representavam o lugar de encontro, de comunicação, de manifestações populares e políticas (Figura 21).

Figura 21 Praça Pedro II no ano de 1936

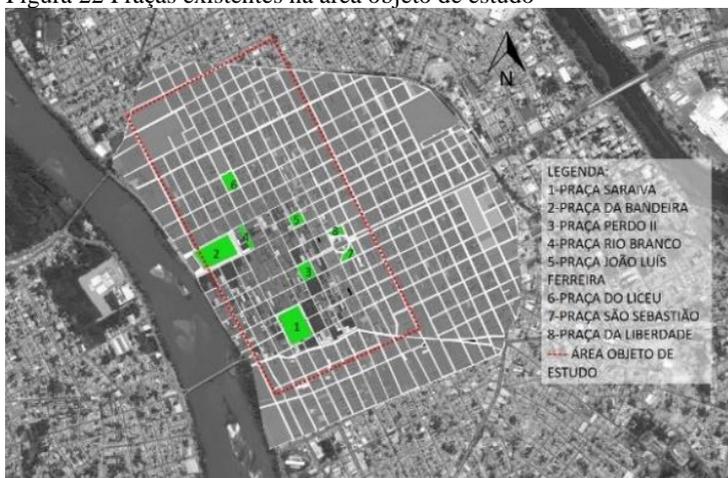


Fonte: Arquivo Público (2015)

As praças existentes na área de estudo são: a Praça Marechal Deodoro (Praça da Bandeira), a Praça João Luís, a Praça Rio Branco, a Praça Saraiva, Praça Landri Sales (Praça do Liceu), Praça da Liberdade, Praça São Sebastião e a Praça Pedro II (Figura 22). Elas foram amplamente utilizadas nas décadas iniciais da

cidade, porém atualmente o público tem deixado de utilizá-las como área de lazer, exceto a Praça Pedro II, que devido a sua localização, próxima a pontos culturais como o Teatro 4 de Setembro e a Central de Artesanato, ainda apresenta maior uso que as demais praças analisadas.

Figura 22 Praças existentes na área objeto de estudo



Fonte: Google Earth (2015), adaptado pela autora.

As praças eram classificadas como diurnas e noturnas, sendo as diurnas, como a Praça Marechal Deodoro, oferecedora de serviços, e de transporte privado, como interurbano entre as cidades próximas. Segundo Dobal (1992, p. 19-20), "Nas praças do centro de Teresina era onde a cidade se misturava, gente de todas as profissões resolvem os problemas da cidade e do mundo ou apenas se entretém nos seus pequenos dramas e preocupações pessoais".

As praças centrais de Teresina, ainda hoje, conservam as mesmas configurações espaciais da época em que foram construídas, no entanto, todas elas passaram por alguma alteração, adaptação ou benfeitoria, para atender as novas necessidades de uso, essas modificações foram realizadas, principalmente, na pavimentação e ajardinamento (IPHAN,2008).

Essas praças possuem grandes áreas de lazer e contemplação dentro do centro, com grande massa arbórea que

ameniza as variações bruscas de temperatura, produz sombras e quebra da monotonia das ruas do centro.

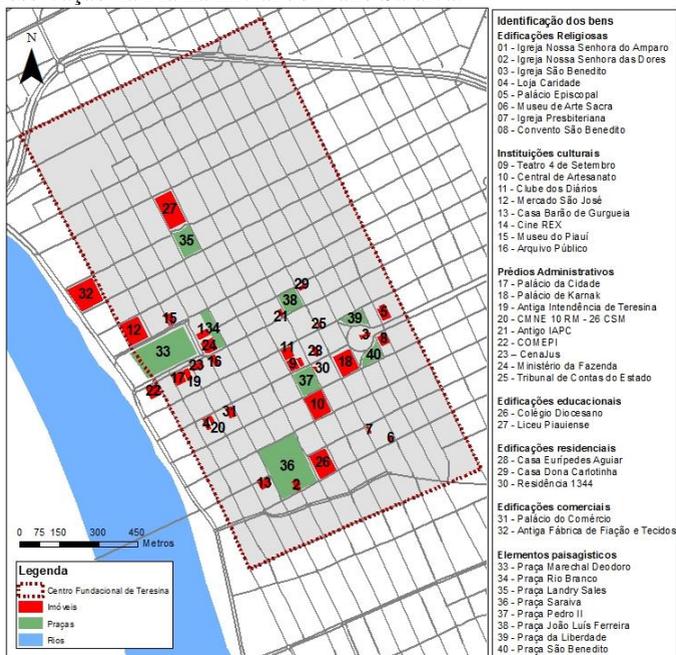
As praças do centro de Teresina foram, ao longo do tempo, perdendo sua principal função que é proporcionar à comunidade espaços que garantam lazer e qualidade de vida aos seus usuários, para se tornarem hoje apenas local de passagem com pouca permanência dos mesmos. Contudo, observa-se que há uma predisposição pela população da cidade, em usar os espaços do centro para atividades de lazer e culturais, desde que sejam fornecidas condições para isso.



## 5 ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS

Foram levantados e registrados trinta e dois imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina (Figura 23). Constatou-se que eles estão situados, predominantemente, no entorno das praças. A maioria dos imóveis está próximo à Praça Marechal Deodoro e a Igreja Nossa Senhora do Amparo. Atualmente, são na maioria institucionais e foram construídos nos primeiros anos da capital, para sediar os órgãos públicos administrativos, comerciais e educacionais.

Figura 23 Elementos arquitetônicos e paisagístico relevantes para preservação na Malha inicial do Plano Saraiva.



Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina (2016), adaptado pela autora.

As ruas que concentram os imóveis registrados são as ruas: Coelho Rodrigues, Areolino de Abreu, Barroso, Rui Barbosa, Treze de Maio, Álvaro Mendes, Simplício Mendes e Paissandu, e, ainda, as Avenidas Antonino Freire e Frei Serafim. Sendo que a rua com maior expressividade é a Rua Coelho Rodrigues que

apresenta seis imóveis dos 34 registrados, onde também esta situada a Praça Marechal Deodoro, que é ponto inicial de Teresina.

A área objeto de estudo apresenta em torno de 3.500 imóveis, sendo que as edificações de relevância inventariadas correspondem a, aproximadamente, 1%, portanto, um valor pequeno para o tamanho da área analisada. Observa-se que alguns imóveis foram demolidos para a construção de estacionamentos ou reformados para se adaptarem às novas necessidades do comércio varejista (Figura 24).

Figura 24 Antes e depois de imóveis demolidos e reformado presente na área objeto de estudos.



Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina (1998); Google Earth (2016)

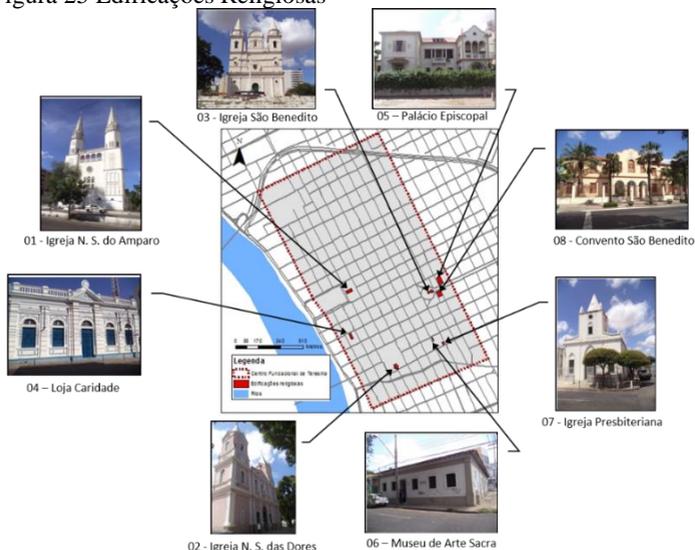
### 5.1.1 Valores e Significados Culturais

Muitos dos imóveis registrados foram construídos no final do século XIX e início do século XX. Apresentam valor histórico e arquitetônico, por ter sobrevivido ao longo do tempo, apresentando características arquitetônicas da época da construção tendo se adaptado aos novos usos. A maioria dos imóveis foram construídas para atender as necessidades da sociedade teresinense e tiveram a presença de figuras ilustres. Dentre os imóveis levantados há predominância daqueles de uso religioso e institucionais, com fins administrativos e culturais.

### 5.1.2 As Edificações Religiosas

As edificações de cunho religioso analisadas no centro fundacional são expressivas e preservadas (Figura 25). Os imóveis apresentam valor histórico-cultural representando uma sociedade ligada ao aspecto religioso, principalmente do catolicismo.

Figura 25 Edificações Religiosas



Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina (2016), adaptado pela autora.

Foram encontrados dentro da área objeto de estudo oito imóveis de uso religioso, que estão concentrados na região sudeste do mapa, sendo que a maioria são imóveis da igreja católica.

#### *Igreja Nossa Senhora do Amparo*

A igreja Nossa Senhora do Amparo (Figura 26 e Figura 27), foi a primeira edificada em Teresina, tendo sido inaugurada em 24 de dezembro de 1852, mesmo ano de fundação da cidade, servindo como marco zero e orientador urbanístico da nova capital.

Figura 26 Igreja Nossa Senhora do Amparo (19--)

Figura 27 Igreja N. S. do Amparo (2016)



Fonte: Arquivo Público (2016)



Fonte: Acervo do autor (2016)

Para a construção do templo, além da verba pública, também, foram utilizados donativos dos fiéis, e recebeu também a contribuição de um conto de réis de D. Pedro II.

Atualmente, a igreja difere da arquitetura original, devido às diversas intervenções realizadas durante esses vários anos, porém ainda hoje atrai muitos fiéis para os cultos realizados no local.

### *A Igreja Nossa Senhora das Dores*

A igreja Nossa Senhora das Dores (Figura 28 e Figura 29) foi a segunda a ser construída para atender a demanda de fiéis; sua construção iniciou-se em 25 de março de 1865 e finalizada em 1875.

Figura 28 Igreja Nossa Senhora das Dores (1916)

Figura 29 Igreja Nossa Senhora das Dores (2016)



Fonte: Arquivo Público (2016)



Fonte: Acervo do autor (2016)

As principais celebrações da Igreja católica, especialmente as quaresmais eram organizadas nos mais significativos templos da cidade; Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Amparo e São Benedito (SOUZA, 2012).

A igreja Nossa Senhora das Dores apresenta valor cultural, devido aos cultos e celebrações nela realizadas; valor arquitetônico, por apresentar arquitetura em estilo eclético, uso da planta-baixa em cruz latina, piso de lajota cerâmica vermelho e outras características arquitetônicas que singularizam a construção. Apresenta, também, valor histórico, devido a sua importância na formação da sociedade e na consolidação católica no Estado.

### *Igreja São Benedito*

O lançamento da pedra fundamental da Igreja de São Benedito (Figura 30 e Figura 31) ocorreu em 13 de junho de 1874. O local escolhido para construção foi o Alto da Jurubeba, local de devoção, onde se enterravam as pessoas excluídas do cemitério oficial, como negros cativos, assassinos e suicidas (PIAUI, 2013).

Figura 30 Igreja São Benedito (1912)

Figura 31 Igreja São Benedito (2016)



Fonte: Arquivo Público (2016)



Fonte: Acervo do autor (2016)

A construção do templo foi idealizada e administrada pelo missionário capuchinho italiano Frei Serafim de Catânia. A igreja recebeu o nome de Igreja São Benedito em homenagem ao padroeiro dos negros catolicizados, São Benedito de São Philadelpho, um santo mouro italiano. Foi formado um caminho que seguia da pedra fundamental da Igreja até o rio Poti, por onde as pessoas carregavam pedras e tijolos para a construção da igreja (FUNDAC, [20.--]).

Foi o terceiro templo católico erguido em Teresina, e inspirado na arquitetura de basílicas medievais. Durante muitos anos o imóvel sofreu muitas alterações em sua estrutura, até que foi tombada e integrada ao Patrimônio Histórico, Artístico e paisagístico do Piauí.

### *Colégio Diocesano*

O colégio Diocesano (Figura 32 e Figura 33) representa um importante marco na educação piauiense. Colégio e Seminário, inicialmente foi responsável pela educação de meninos e rapazes. Foi fundado no ano de 1906, pelo bispo D. Joaquim Antônio de Almeida, sob influência católica, nas proximidades da Praça Saraiva, em terreno alugado, onde funcionou até o ano de 1914. Quando reaberto no ano de 1925, passou a se chamar Colégio São Francisco de Sales, funcionando em regime de internato, semi-internato e externato para meninos (SILVA, 2014).

Figura 32 Colégio Francisco de Sales – Diocesano (1926)

Figura 33 Colégio Francisco de Sales - Diocesano (2016)



Entre as instituições culturais tem-se o Teatro 4 de setembro e Clube dos Diários, espaços de natureza cultural criados para atender a necessidade de espaços com infraestrutura para o lazer a população teresinense, sendo as edificações culturais de maior destaque presentes no centro fundacional.

### *Teatro 4 de Setembro*

Construído nos primeiros anos da capital, o Teatro 4 de Setembro (Figura 35 e Figura 36) foi concebido para atender os anseios da sociedade teresinense, pois o existente na época, Teatro Concórdia era precário e não atendia a demanda de público. O local escolhido para a construção foi em frente à Praça Aquidabã (atualmente Praça Pedro II), devido à localização e a topografia do local (CASTELO BRANCO, 2010).

Figura 35 Teatro 4 de Setembro (1910)



Fonte: Arquivo Público (2016)

Figura 36 Teatro 4 de Setembro (2016)



Fonte: Acervo do autor (2016)

Inaugurado no ano de 1894, o teatro possibilitou à cidade receber espetáculos nacionais, fazendo com que a sociedade entrasse em contato com a arte produzida em outros locais. Foi responsável por estimular a formação de grupo de teatros locais e a vinda de companhias de teatro, que trouxeram novas técnicas e conhecimentos (CAMPELO, 2015).

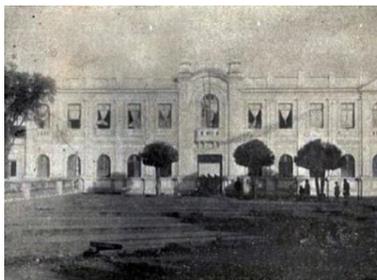
Em 1901-1902 passou a funcionar como cinema, e no ano de 1933 passou a ser cine teatro, com a apresentação de cinema falado. Entre 1930 e 1940, o teatro foi utilizado para diversos tipos de festa: bailes de formatura, desfiles de misses, espetáculos circenses e até banquetes em homenagem as autoridades (CASTELO BRANCO, 2010).

No ano de 2002, foi eleito como símbolo máximo da arquitetura piauiense, por ser o prédio mais antigo e preservado da cidade. Com o surgimento do teatro e posteriormente do Cine Rex a praça Pedro II tornou-se um ponto de encontro de efervescência cultural.

### *Central de Artesanato Mestre Dezinho*

Com a transferência da capital foi necessário formar uma nova força Militar, que foi acomodada em vários prédios alugados. Somente em 1873, foi adquirido pelo governo o imóvel, onde hoje funciona a Central de Artesanato (Figura 37 e Figura 38) para ser a sede do quartel (LOPES, 2009).

Figura 37 Central de Artesanato Mestre Dezinho (19—)



Fonte: Arquivo Público (2016)

Figura 38 Central de Artesanato Mestre Dezinho (2016)



Fonte: Acervo do autor (2016)

No ano de 1879, o imóvel foi partilhado entre o Quartel e o Teatro Concórdia. Teatro, sem conforto e incapaz de atender à demanda de público da cidade, funcionou no local até 1894 (CAMPELO, 2015).

Durante o período da Ditadura Militar no Piauí, entre os anos de 1964 e 1978, o imóvel que abrigava o quartel passou por reformas para construção de celas no porão, onde acontecia tortura aos presos políticos (LOPES, 2009).

Após a construção da nova sede do Quartel da Polícia Militar o prédio foi alienado ao Instituto Nacional da Previdência Social. No ano de 1982, o imóvel foi readquirido pelo Governo do Estado. Em 1983, foi transformado na Central de Comercialização de artesanato do Piauí, no ano de 1994 foi realizada a recuperação

e reforma do local, que passou a ser denominado de Central de Artesanato Mestre Dezinho. Seu nome é uma homenagem ao importante artesão do Piauí, José Alves de Oliveira, que projetou a arte santeira de Teresina, no cenário nacional e internacional.

No pátio central são encontrados esculturas e monumentos que refletem características marcantes da região, como o monumento de ferro intitulado “Árvore da Megafauna”, que homenageia o homem pré-histórico, fazendo referência às inscrições rupestres presentes na Serra da Capivara, no sul do Estado. Também são encontrados no pátio 18 (dezoito) esculturas de personalidades piauienses e a escada das lendas exibe 66 (sessenta e seis) lendas do folclore piauiense.

### *Clube dos Diários*

O Clube dos Diários (Figura 39 e Figura 40) criado para ser um clube de lazer voltado para a confraternização da sociedade teresinense, denominado Sociedade Recreativa Clube dos Diários, como era conhecida, foi fundado em 1922. O clube funcionou provisoriamente, enquanto a sede oficial estava sendo construída, em uma residência, conhecida como Campina Modesta. No dia 20 de março de 1927, o Clube passou a funcionar, definitivamente, no prédio-sede, na Rua Álvaro Mendes (GONÇALVES; JANUÁRIO, 2010).

Figura 39 Clube dos Diários (1980)



Fonte: Arquivo Público (2016)

Figura 40 Clube dos Diários (2016)



Fonte: Acervo do autor (2016)

Nele aconteciam os mais significativos eventos socioculturais, como reuniões, concursos de misses, bailes carnavalescos, concertos, recepções, posses solenes de membros de Academia das Letras, posse de governadores, colações de grau,

conferências literárias, banquetes em homenagem a personalidades, exposições artísticas e festas de debutantes.

A partir dos anos 30, Teresina viveu o auge da fase cultural recebendo a visita de artistas e intelectuais e nos anos 70 foi desativado por problemas na estrutura física, mas não perdeu a referência, apenas o bar continuou funcionando (GONÇALVES; JANÚARIO, 2010).

Conserva até hoje as características arquitetônicas do estilo eclético na parte externa, com elementos neoclássicos predominantes no início do século. Internamente, o clube dispõe de espaço para exposição no salão principal, cineteatro, sala para oficina de pintura e cerâmica e sala para um centro de documentação para a cultura.

### *Mercado São José*

O Mercado Velho, Mercado São José ou Mercado Central foi construído nos primeiros anos da nova capital do Piauí, no ano de 1854, em terreno próximo à praça da Constituição (atual Praça Marechal Deodoro) concedido pela Intendência Municipal, local estratégico, próximo ao Rio Parnaíba, facilitando as trocas comerciais (TERESINA ANTIGA, 2015).

Trata-se de um importante elemento na conformação e evolução de Teresina, pois uma das justificativas para a mudança da capital foi a possibilidade de importação/ exportação de mercadorias. A construção do mercado contribuiu para a ordem e limpeza da cidade, pois regularizaria as práticas comerciais.

Nesse período, a obra foi para leilão em 1857, entrando em funcionamento somente no ano de 1858, porém de forma subutilizada e sem ter sido concluída. No ano de 1888, a Intendência Municipal recuperou definitivamente o imóvel, que apresentava mau estado de conservação e segurança. Sendo assim, não se sabe exatamente o ano de conclusão da construção (TERESINA ANTIGA, 2015).

Entre as décadas 1940 e 1950, o imóvel passou pela primeira ampliação para atender as necessidades locais. Nas décadas de 1960 e 1970, foi novamente ampliado, não havendo nos novos espaços construídos preocupação em manter as características estéticas arquitetônicas iniciais existentes. Dessa forma, tais intervenções descaracterizaram o imóvel, tornando o projeto original irreconhecível.

O mercado, desde o início funciona como centro de comercialização dos produtos oriundos do território piauiense, principalmente carnes, vegetais, artesanato local, artigos de barro, palha, madeira e couro.

Recentemente, o Mercado Público está passando por uma reforma (Figura 41Figura 42) com a finalidade de buscar características arquitetônicas da sua forma original, porém não se encontra protegido por lei de preservação do local e nem se observa zelo relacionado a restauro da obra, sendo que estão ocorrendo reparos que corrompem as técnicas construtivas antigas.

Figura 41 Mercado São José-  
Mercado Velho (19--)



Fonte: Arquivo Público (2016)

Figura 42 Mercado São José  
(2016)



Fonte: Acervo do autor

### 5.1.4 Os Prédios Administrativos

Foram levantados nove imóveis (Figura 43), sendo que todos atualmente exercem funções diferentes daquela para a qual foram construídos, como por exemplo, o Palácio de Karnak, que já foi residência familiar e escola.

Figura 43 Instituições administrativas.



Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina (2016), adaptado pela autora.

#### *Palácio da Cidade*

O Palácio da Cidade (Figura 44 e Figura 45) foi construído em 1919 e inaugurado em 1924. Teve como finalidade de abrigar a Escola Normal Oficial, responsável pela formação de professores. Após a transferência dessa instituição para outro imóvel, no presente local funcionou uma escola de ensino fundamental.

Figura 44 Palácio da Cidade – Prefeitura (19--)



Fonte: Arquivo Público (2016)

Figura 45 Palácio da Cidade - Prefeitura (2016)



Fonte: Acervo do autor (2016)

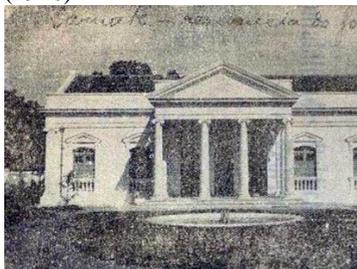
Em 1984, foi reformada para abrigar a Prefeitura de Teresina e recebeu a denominação de Palácio da Cidade, no qual ocorreram reformas internas, como a substituição do piso em madeira por piso de concreto, perdendo-se, assim, algumas características arquitetônicas do início do século (PIAUI, 2009).

Hoje, o prédio abriga algumas Superintendências de Desenvolvimento Urbano, além da sede do poder público municipal e espaço para exposições de artes plásticas. É tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual.

### *Palácio de Karnak*

O palácio de Karnak, inicialmente conhecido como chácara Karnak (Figura 46Figura 47) pertencia a Dr. Gabriel Ferreira, o primeiro governador constitucional do Piauí, que residiu no local e posteriormente o transformou em colégio para o ensino de nível médio (TERESINA ANTIGA, 2015).

Figura 46 Palácio de Karnak (1926)



Fonte: Arquivo Público (2016)

Figura 47 Palácio de Karnak (2016)



Fonte: Acervo do autor (2016)

No período de 1971 a 1975 a edificação passou por reforma e ampliação, tendo a reforma do jardim, sido projetada pelo paisagista Burle Marx. No ano de 1992, a sede do Poder Executivo Estadual foi transferida para o Palácio Pirajá (PIAUÍ, [20.--]).

Entre 1993 e 1994, o Palácio de Karnak passou por reformas para adaptação para o funcionamento como sede de recepções oficiais. Após a reforma o palácio, voltou a ser sede do Governo Estadual.

### *Antiga Intendência*

O prédio da Intendência foi comprado em 1901, pelo Estado. Em seguida, passou por reformas para sediar a administração local. As alterações realizadas deram a feição eclética a fachada, característica que mantém até os dias atuais, sendo inaugurada em 21 de abril de 1903. O local ficou conhecido com Antigo Paço Municipal ou Palacete Municipal (PIAUÍ, 2014).

No ano de 1904, pela primeira vez o imóvel foi reformado, sendo também construída nos fundos da Intendência uma nova sede para a administração municipal (Figura 48). Em 30 de dezembro de 1917, no imóvel passa a funcionar a Academia Piauiense de Letras. No ano de 1966 o prédio é cedido para o serviço de alistamento e a administração municipal é transferida para outro imóvel (PIAUÍ, 2009)

Atualmente nele funcionam órgãos ligados à Prefeitura Municipal de Teresina. (PIAUÍ, 2009). Também, sedia a Fundação Wall Ferraz (Figura 49), entidade de direito público que oferece cursos profissionalizantes para os moradores da zona urbana e rural de Teresina.

Figura 48 Antiga Intendência -  
Fundação Wall Ferraz (1906)



Fonte: Arquivo Público (2016)

Figura 49 Antiga Intendência -  
Fundação Wall Ferraz (2016)

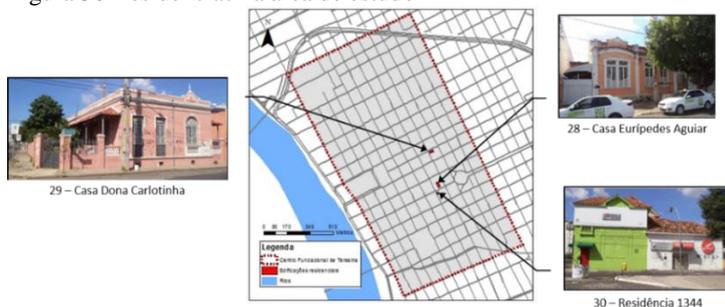


Fonte: Acervo do autor (2016)

### *As Residências*

Dos imóveis presentes na área de estudos, apenas três residências familiares foram inventariadas (Figura 50), devido ao grau de preservação e integridade das mesmas. No entanto, atualmente, nenhuma delas é utilizada como residência. Entre elas, a casa de Dona Carlotinha e a casa de Eurípedes Aguiar encontram-se ociosas, enquanto que outra funciona um ponto comercial.

Figura 50 Residências na área de estudo



Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina (2016), adaptado pela autora.

### *Casa Eurípedes Aguiar*

Construída para abrigar a família de Eurípedes Clementino de Aguiar (Figura 52 Residência Eurípedes Aguiar), ilustre piauiense, que foi governador entre 1916 a 1920, deputado, senador e secretário geral pelo Estado do Piauí, jornalista, médico e chefe de polícia.

Figura 51 Família de Eurípedes de Aguiar no interior da casa (19-  
-)



Fonte: Acervo de Genú Moraes (2014)

Figura 52 Residência Eurípedes Aguiar



Fonte: Acervo do autor (2016)

A residência está implantada em um terreno situado na Avenida Antonino Freire, próximo ao Palácio de Karnak, a Igreja São Benedito e à Praça Pedro II. Edificada na década de 1920, apresenta características da arquitetura eclética, seguindo os padrões construtivos da época. Inicialmente, era a casa mais suntuosa da rua, somente na década de 1930, é que foram erguidas casas do nível da residência do ex-governador (MOREIRA; BORTOLUCCI, 2014).

Construída em adobe, apresenta características como platibanda e porão alto, piso revestido de ladrilho hidráulico e em piso tabuado. No interior do imóvel são encontrados móveis da época da construção da residência, adquiridos no Rio de Janeiro (MOREIRA; BORTOLUCCI, 2014)

Entre os anos de 1940 e 1950, a rua torna-se valorizada, graças a reforma na Praça Pedro II, que se tornou um importante espaço. Maria Genoveva de Aguiar Moraes, conhecida como Genu Moraes, filha primogênita de Eurípedes de Aguiar, residiu no imóvel, após o seu falecimento, mas hoje a casa encontra-se fechada.

### *Casa Dona Carlotinha*

A data de construção do imóvel é incerta, porém acredita-se que foi construído no início do século XX, devido às características arquitetônicas da edificação, sob inspiração do ecletismo, estilo

arquitetônico utilizado no Brasil, na segunda metade do século XIX (PIAUÍ, 2009).

A edificação apresenta-se recuada nas laterais do lote, utilizando um novo modelo de implantação da casa no terreno, com jardim e entradas laterais, dispondo do esquema de porão alto, onde provavelmente, ficavam o alojamento de empregados e locais de serviço (Figura 53eFigura 54). Dessa forma, o imóvel conserva-se numa altura distinta da rua, protegendo a privacidade de seus moradores.

Figura 53 Casa Dona Carlotinha(19--)



Fonte: Arquivo Público (2016)

Figura 54 Casa Dona Carlotinha (2016)



Fonte: Acervo do autor (2016)

Posteriormente, a edificação foi adquirida e restaurada pela Prefeitura Municipal de Teresina e passou a abrigar a sede da Fundação Cultural Monsenhor Chaves. Atualmente, encontra-se ociosa e invadida por vândalos.

## 5.2 A Arquitetura do Patrimônio

No centro fundacional estão presentes elementos morfológicos da Teresina antiga capazes de constituir referência histórica e arquitetônica, pois apresenta as “primeiras residências, prédios institucionais da administração pública, pontos comerciais, praças, teatros, clubes e [...] as zonas boêmias, com seus bares, bem como a zona do porto ao rio Parnaíba” (MELO, 2011, p.60).

Para melhor compreender os aspectos presentes na arquitetura dos imóveis presentes na área objeto de estudo foram analisados os elementos compositivos, a organização tipológica (a primeira atividade e atual) e estilística, que possibilitaram a caracterização dos imóveis mais relevantes.

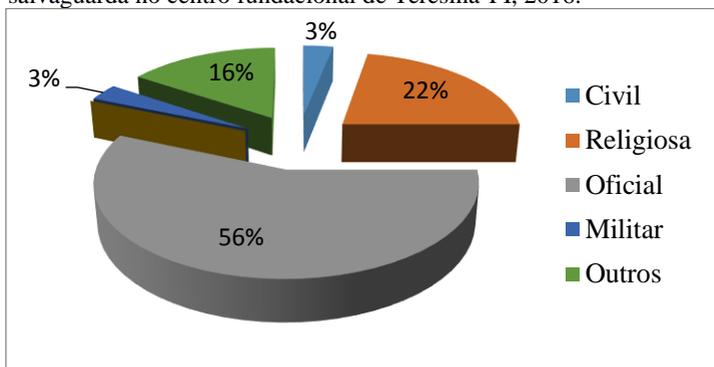
### 5.2.1.1 Tipologias e as características arquitetônicas

A maioria dos imóveis registrados foram construídos no final do século XIX e início do século XX. As finalidades originais de construção, mais comuns, foram as residenciais, para órgãos públicos e religiosos respectivamente. Muitos foram construídos nos primeiros anos de Teresina, representando elementos essenciais para administração da capital que acabara de nascer.

A classificação da tipologia arquitetônica foi baseada no registro do IPHAN, que é organizado em sete tipologias: civil, oficial, militar, industrial, ferroviária e outra. O registro de seleção dos imóveis relevantes presentes na malha fundacional de Teresina, utilizou a mesma classificação.

Após análise da categoria de uso atual dos imóveis de relevância para salvaguarda no espaço estudado (Figura 55 Categoria de uso atual dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016.), foi constatado que, atualmente, 56% dos imóveis estudados são de uso oficial, tais como órgãos de administração pública, museus, teatro e mercado público. As instituições religiosas ocupam 22% dos imóveis, sendo representadas por igrejas, convento e palácio episcopal (casa do bispo). Na categoria de outros, com representação de 16%, foram considerados escolas e pontos comerciais.

Figura 55 Categoria de uso atual dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016.

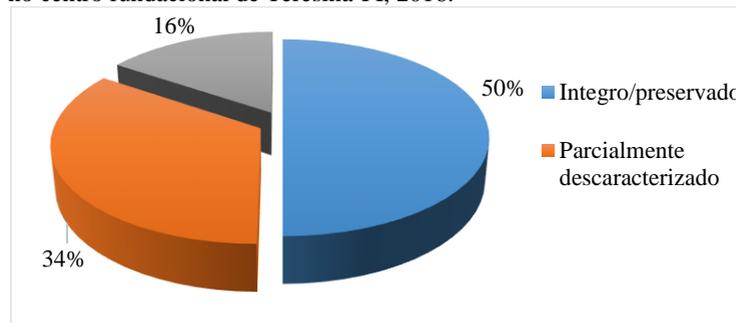


FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros produzidos pela autora, 2017.

Os imóveis na condição de íntegro/preservado (Figura 56) presentes na malha fundacional de Teresina corresponde a 50%, enquanto que com descaracterização parcial correspondem a 34%. Na maioria das vezes, a descaracterização parcial encontra-se no interior do imóvel, e correspondem às adaptações aos novos usos.

Os imóveis descaracterizados são aqueles que, durante vários anos, passaram por adaptações, como por exemplo a Igreja Nossa Senhora do Amparo, no entanto não perderam a importância histórica e arquitetônica para a cidade.

Figura 56 Condição atual dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016.



FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros produzidos pela autora, 2017.

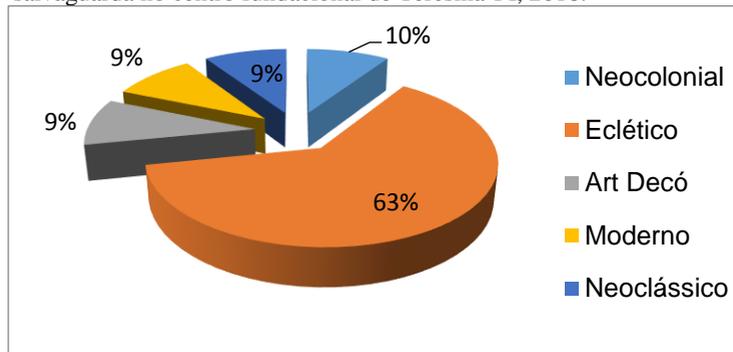
Ao se relacionar as imagens e gráficos apresentados é possível observar que os imóveis mais significativos, preservados e utilizados são os imóveis oficiais e os religiosos.

### 5.2.1.2 Características Arquitetônicas

A cidade de Teresina surgiu durante a transição da arquitetura colonial para a eclética, à qual se adaptou, devido às ideias e influências que surgiam através das revistas nacionais e internacionais e, também, através das imposições dadas através dos códigos de obras.

A partir da análise dos registros foi possível observar que o estilo arquitetônico (Figura 57) que prevalece é o eclético, com 56%, que simboliza a arquitetura do final do século XIX e início do século XX. Com 10% de representatividade tem-se o Estilo Art Decó e o Neocolonial. O Estilo arquitetônico Moderno, com 9% de representação, apresenta-se em construções do período pós-segunda guerra mundial. São construções sem ornamentos. Também, com 9% tem-se o Neoclássico.

Figura 57 Estilo arquitetônico dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016.



FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros produzidos pela autora, 2017.

### 5.2.1.3 Implantação no lote

A implantação dos imóveis (Figura 58) alinhados à rua representa 66% das edificações analisadas. Estas equivalem aos imóveis oficiais e os edificados em estilo eclético.

Todas as igrejas católicas estão situadas em adro aberto, correspondendo a 9%; era uma característica comum à implantação das igrejas construídas no final do século XIX e início do século XX.

Figura 58 Implantação no lote dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016.



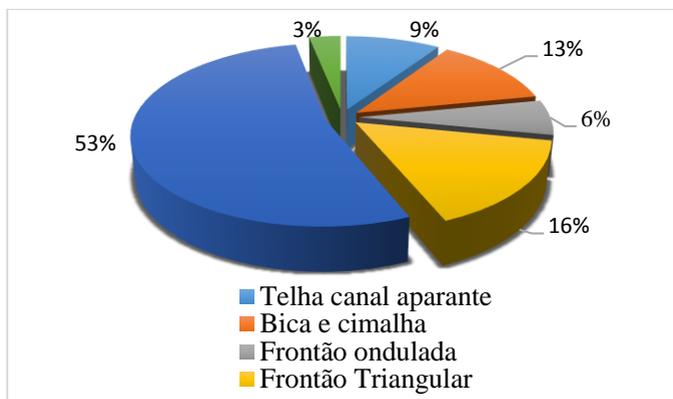
FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros produzidos pela autora, 2017.

#### 5.2.1.4 Coroamento

O termo Coroamento significa ornato que arremata o alto de um edifício ou de um elemento arquitetônico (PRIBERAM, 2013). Foram encontrados os seguintes tipos diferentes de coroamento: Platibanda, Bica e cimalha, telhado aparente, Arqueado, Frontão Triangular e Ondulada.

O coroamento (Figura 59) mais representativo entre os elementos levantados em 53% dos casos, é a platibanda, moldura contínua capaz de camuflar o telhado, característica muito comum na arquitetura eclética e moderna.

Figura 59 Coroamento dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016



FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros produzidos pela autora, 2017.

Dos imóveis analisados, 13% tem coroamento do tipo bica e cimalha, telhado que apresenta beiral cujas telhas se apoiam sob uma verga trabalhada, que permite sua visualização. A bica é o beiral e a Cimalha corresponde ao alto das paredes de um edifício que faz sacada onde assentam os beirais do telhado. O Frontão Triangular presente na fachada principal dos imóveis, é comum em edificações com influências do neoclássico, representa 16% dos bens analisados (Figura 60).

Figura 60 Exemplos de coroamento dos imóveis presentes na área objeto de estudo.



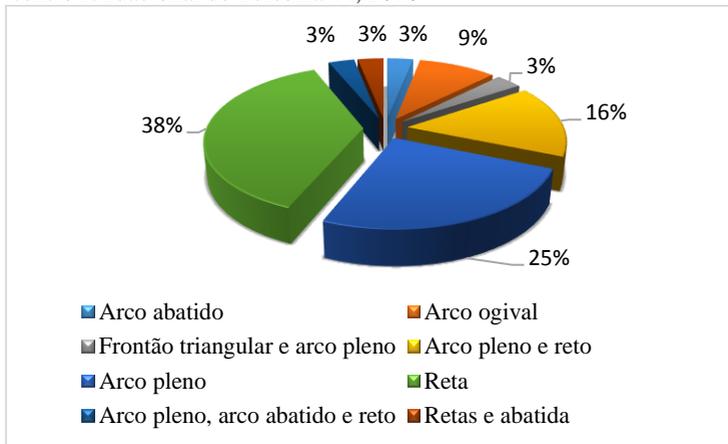
Fonte: Acervo do autor (2016)

O telhado aparente é o mais simples, sem elementos decorativos, corresponde a 9%. O frontão ondulado, apresenta uma moldura que camufla o telhado, porém apresenta elementos decorativos curvilíneos.

### 5.2.1.5 Vergas e esquadrias

Este item do estudo corresponde à observação das vergas e esquadrias que compõem a fachada voltada para a rua. Em 38% dos casos se apresentam vergas retas. É comum no estilo arquitetônico eclético que a verga apresente diferentes tipos de arco. Nas construções analisadas, o uso mais comum de verga foi o arco pleno, presente em 25% dos casos, porém houve situações de uso de mais de um modelo de verga para compor a fachada (Figura 61).

Figura 61 Verga dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016



FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros produzidos pela autora, 2017.

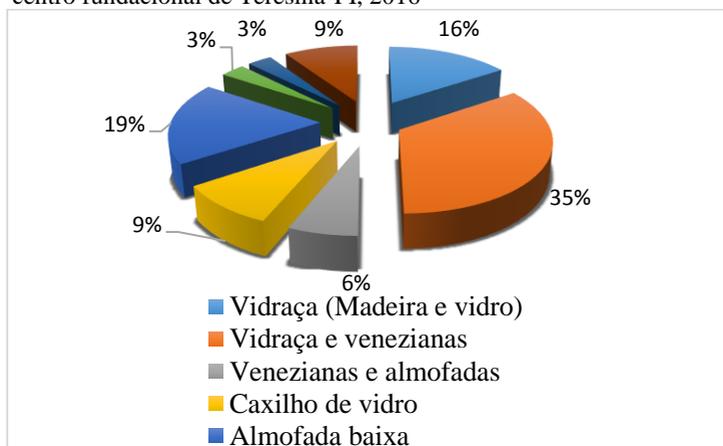
A composição mais utilizada é a de vidraça e veneziana, com representação de 25%.

As venezianas permitem o fluxo de ventilação e a privacidade nos ambientes, enquanto a vidraça possibilita a entrada de iluminação natural. A veneziana corresponde a um anteparo formado por palhetas oblíquas, fixas ou móveis, com a finalidade de admitir o ar, mas impedir a entrada de chuva e neve, ou para proporcionar privacidade (DICIONÁRIO VISUAL DE ARQUITETURA, 2010).

Com 19% tem-se as esquadrias com almofada baixa. De acordo com o Dicionário Visual de Arquitetura (2010), a almofada

corresponde a um painel que forma um trecho ou área distinta na superfície de uma esquadria, seja reentrante, saliente ou delimitado por uma moldura. As esquadrias venezianas estão presentes em 16% dos imóveis analisados (Figura 62).

Figura 62 Esquadrias dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016

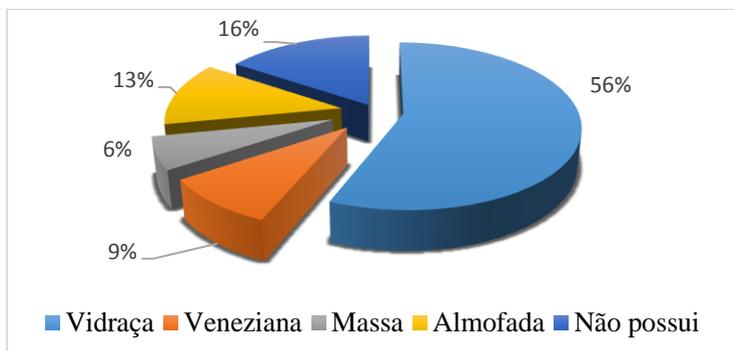


FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros produzidos pela autora, 2017.

Elemento muito comum de ser encontrado nas edificações são as bandeiras (Figura 63), no que se refere a Caixilho situado na parte superior de portas e janelas destinado a melhorar a iluminação e/ou ventilação no interior da edificação. Com representatividade de 56%, tem-se o uso de vidraça. Os imóveis que não possuem bandeira são os com representação de 16%, correspondendo aos de estilo arquitetônico moderno.

Em seguida com 13%, o uso de bandeira almofada e com menor percentual (6%) tem-se o uso de massa para a vedação da bandeira, este tipo de aplicação encontra-se nos imóveis reformados e descaracteriza o imóvel.

Figura 63 Bandeira dos imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016.



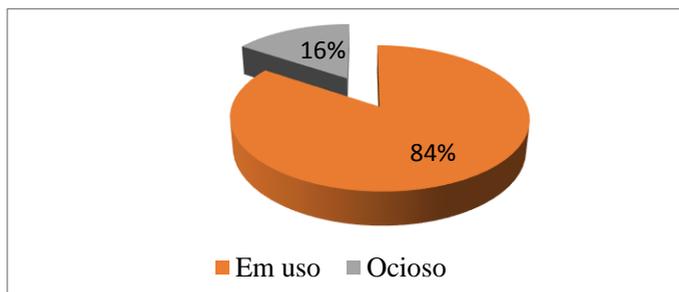
FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros produzidos pela autora, 2017.

#### 5.2.1.6 O Estado de preservação e conservação

Dos imóveis registrados 41% foram construídos entre os anos de 1850 a 1899 e 50% entre as décadas de 1900 a 1940, ou seja, nos primeiros 90 anos da capital, os demais 9% foram construídos entre os anos de 1950 a 1970, sendo assim constata-se que foram edificados para o proporcionar o funcionamento administrativo e econômico da nova capital, não refletindo em nenhum momento político e histórico importante nacionalmente ou regionalmente.

Dos imóveis levantados 16% encontram-se ocioso (Figura 64). Dentre estes estão o CineRex, o Ministério da Fazenda e a casa Dona Carlotinha. Estes imóveis não apresentam usos por motivos variados, o CineRex, por exemplo, começou a declinar com a chegada dos shoppings, onde existem várias salas de cinema e variados filmes em cartaz, enquanto o CineRex contava apenas com uma sala de reprodução. A sede do Ministério Fazenda foi transferida para outro imóvel, na zona leste da capital. Na casa Dona Carlotinha durante determinado tempo funcionou a Fundação Monsenhor Chaves, que depois foi transferida para outro imóvel.

Figura 64 Uso de imóveis de relevância para salvaguarda no centro fundacional de Teresina-PI, 2016.



FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros também produzidos pela autora.

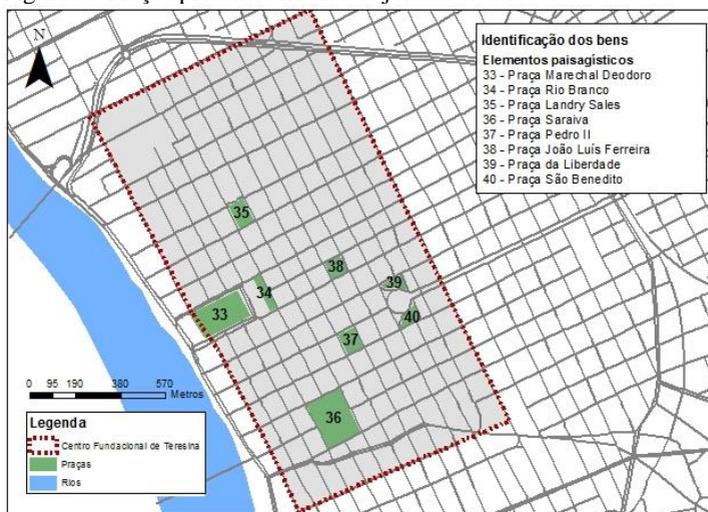
Os imóveis ociosos são os mais vulneráveis às descaracterizações e demolições, pois a falta de uso impede que se mantenha sua integridade. Atualmente, muitos imóveis com características arquitetônicas do estilo eclético estão desaparecendo, devido à falta de manutenção e uso, sendo comum o abandono intencional para que o sistema estrutural entre em colapso e o prédio vire ruínas, para, posteriormente, o terreno receber uma construção contemporânea.

Nenhuma das ruas do centro fundacional apresenta continuidade de imóveis construídos no mesmo período com gabarito de altura variada, sendo comum encontrar imóveis contemporâneos junto a imóveis bastante descaracterizados. A maioria das construções atuais não apresenta um estilo arquitetônico definido, sendo comum a construção de “galpões” para atender ao comércio varejista.

## 6 ELEMENTOS PAISAGÍSTICOS

O centro fundacional de Teresina possui 8 (oito) praças (Figura 65), arborizadas, em cujo entorno estão presentes os imóveis patrimoniais mais relevantes. As praças Marechal Deodoro, Conselheiro Saraiva, Landry Sales, Pedro II e Rio Branco tiveram suas áreas pré-definidas no desenho inicial de Teresina. Foram no passado bastante utilizadas para o lazer da população, no entanto, algumas delas, atualmente, encontram-se subutilizadas.

Figura 65 Praças presentes na área objeto de estudo



Fonte: Google Earth (2015), adaptado pela autora

As praças inventariadas presentes na área objeto de estudo, são bastantes arborizadas (Figura 66). A maioria dos imóveis registrados estão situados no entorno das praças, principalmente, próximos à Praça Marechal Deodoro, cujo entorno abriga importantes instituições públicas da gestão urbana.

Figura 66 Relação localização das praças e situação atual



FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros também produzidos pela autora.

As praças de Teresina se configuram como importante espaço de lazer da cidade, onde os moradores se reuniam antes e depois das missas, os jovens conversavam e namoravam e as crianças brincavam (SILVA, 2010). Mesmo que os eventos (festas, bailes, missas, entre outros) não ocorressem nas praças, mas em espaços privados, o mesmo estava situado próximo a uma praça e servia como ponto de encontro, passeio e lazer.

### *Praça Conselheiro Saraiva*

A praça Conselheiro Saraiva (Figura 67 e Figura 68) é a segunda maior a ser construída na cidade. Não se sabe ao certo o ano de sua construção, porém seu perímetro já estava previsto no projeto inicial de Teresina. A praça está situada onde antes existia a Casa Grande da Fazenda Chapada do Corisco. O projeto inicial foi estruturado em linhas clássicas, com canteiros em formas geométricas (RAPOSO, 2012).

Figura 67 Vista aérea Praça Saraiva (1972)



Fonte: Foto de autoria do Padre Florêncio (1972), disponível no Arquivo Público do Piauí.

Figura 68 Praça Saraiva (2016)



Fonte: Acervo da autora, 2016.

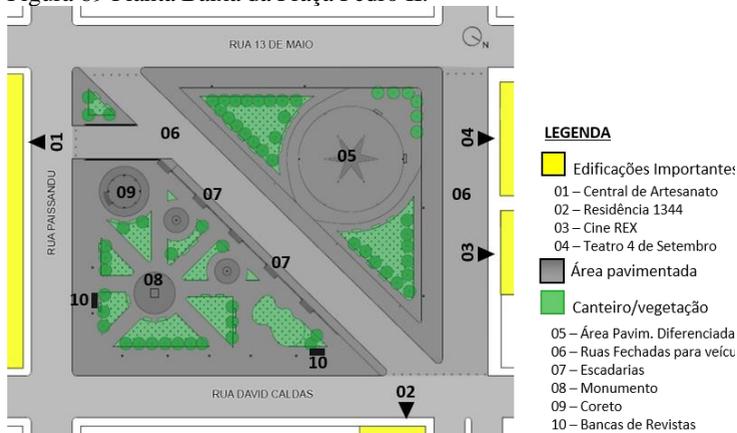
Em 1932, foram plantadas 300 árvores na praça, o desenho não sofreu grandes alterações em seus passeios e vegetação. Nela são encontradas árvores frondosas, que proporcionam sombra e clima ameno aos usuários, além de árvores centenárias, que acompanharam o desenvolvimento urbano da cidade (RAPOSO, 2012).

Na década de 1970, foram colocadas grades em todo o perímetro da praça. Após essas alterações a Praça Saraiva passou apenas por manutenções na estrutura física, em relação ao uso é mais utilizada para passeio.

### *Praça Pedro II*

Fundada em 1899, com o nome de Praça Aquidabã, posteriormente, foi rebatizada como João Pessoa, Independência e por fim, em 1936, foi denominada Praça Pedro II (Figura 69). Desde sua fundação é uma praça utilizada para encontros e eventos culturais em todos os horários do dia e também nos fins de semana (IPHAN, 2008). O terreno para a construção da praça é uma área remanescente de uma das quadras do edifício do Quartel da Polícia Militar.

Figura 69 Planta Baixa da Praça Pedro II.



Fonte: SEMPLAN, Prefeitura de Teresina, 2016. Editado pela autora.

A Praça Pedro II era ponto das grandes festas populares da cidade, como os desfiles de carnaval e as paradas da Semana da Pátria. Nas datas cívicas, desfiles militares e estudantis atravessavam as ruas da praça. Os fatores que contribuíram para tornar esta praça como importante área de lazer foram as construções que surgiram no entorno, como o Teatro 4 de setembro, o Clube dos Diários, o Cine Rex, o Quartel da Polícia Militar, além de sorveterias e cafeterias que existiam no local (LIMA, 2001).

No ano de 1921, passou por melhoramentos. Em, 1936, após uma reforma, a praça ganhou coreto, bancos, escadarias de acesso entre a parte alta e baixa, fonte luminosa, plantio de fícus e a estátua do Imperador, passando a ser denominada praça Pedro II (LAGO et al, 2005).

Entre as décadas de 1940 a 1960, o local atraía vários jovens e casais, que faziam dela um ponto de encontro para namoros e paqueras. As moças circulavam em um sentido e os rapazes no sentido oposto. A praça é separada em duas partes: uma alta, próximo ao antigo quartel de polícia, mais isolado e frequentado pelas pessoas de classe social menos favorecida e pelos casais que queriam privacidade; e uma baixa, próximo ao Teatro 4 de setembro e ao Cinerex, mais frequentado pela população mais abastada (LIMA, 2001).

Segundo Lago *et al* (2005), em 1996, uma reforma retirou suas tradicionais muretas, elemento que voltaria parcialmente na última obra, em 1988, realizada, quando a praça recuperou alguns dos seus aspectos mais marcantes, devido ao Plano de revitalização do centro, realizado pela Prefeitura da cidade (Figura 70).

Figura 70 Evolução histórica Praça Pedro II

Praça Pedro II (déc. 1930)



Praça Pedro II (déc. 1940)



Praça Pedro II (déc. 1950)



Praça Pedro II (2016)



Fonte: Fonte: Acervo Arquivo Público do Piauí (2016); acervo da autora (2016).

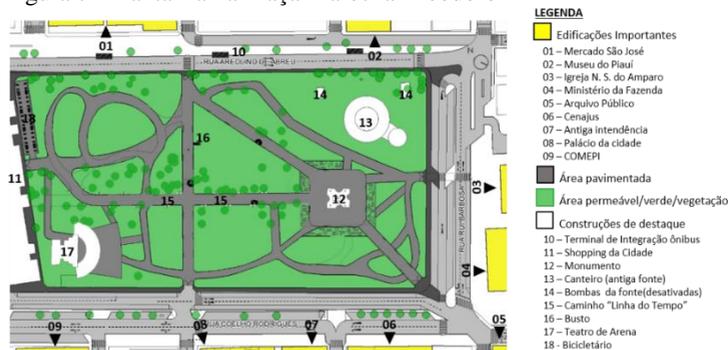
O entorno apresenta edificações de vários estilos arquitetônicos, como o eclético e art déco, por exemplo, temos o Teatro 4 de setembro, Central de Artesanato (antigo quartel da Polícia Militar) e Cine Rex (atualmente ocioso), que são pontos culturais que atraem a população para este local. Na praça Pedro II ocorrem eventos culturais, como Festival de Flores de Holambra, Samba no Coreto, entre outros.

### *Praça Marechal Deodoro*

Trata-se da praça mais antiga da cidade. Em seu entorno estão situados exemplares de arquitetura do período da implantação da cidade, em 1852, e outros que, no decorrer do tempo documentam a trajetória histórica deste logradouro, possuindo valores históricos, urbanísticos, arquitetônicos e paisagístico a serem preservados (RAPOSO, 2012). A praça da Marechal Deodoro além de representar o ponto inicial da cidade, encontra-se localizada em meio a grandes edifícios que dão identidade a cidade, como a Igreja do Amparo, a Prefeitura de Teresina, Ministério da Fazenda e o Mercado Público.

Desde a sua fundação teve vários nomes, como Praça do Palácio, Largo do Amparo, Praça da Constituição e por fim Praça Marechal Deodoro, porém, também, é conhecida como Praça da Bandeira, devido ao Juramento a Bandeira, antigamente prestado por recrutas numa área aberta da praça (Figura 71) (RAPOSO, 2012).

Figura 71 Planta Baixa Praça Marechal Deodoro



Fonte: SEMPLAN, Prefeitura de Teresina, 2016. Editado pela autora.

Desde quando foi construída a Praça, e seu entorno, passou por diversas transformações, como por exemplo, abrigou um parque no seu interior, com um pequeno zoológico, com criação de aves e animais exóticos, além de feiras livres(RAPOSO, 2012).

De acordo com Anjos e Soares (2010), a praça marechal Deodoro passou por quatro fases: Período de implantação, de 1852 - 1930, no qual foi demarcada área da praça, inicialmente

conhecida como Largo do Amparo, que se estendia da frente da igreja Nossa Senhora do Amparo até as margens do Rio Parnaíba, sendo que as principais instituições públicas, religiosas, residenciais e comerciais estavam instaladas no seu entorno, sendo assim o local mais representativo da cidade. Portanto, um atrativo espaço cívico, onde ocorriam as principais manifestações de sociabilidade e religiosas nas décadas iniciais de Teresina. No meio da praça, existe um obelisco em homenagem ao fundador da nova capital. Após 40 anos de fundação da cidade, o Largo do Amparo é inserido nas políticas de urbanização, nas quais são definidos os limites da praça, são implantados passeios e jardins.

O Período de consolidação, no final da década de 1930 até o início da década de 1970, as residências saem do entorno da praça, que passa a ser denominada de Praça Marechal Deodoro. Tal iniciativa, mas atraiu jovens, que praticavam atividades físicas na praça, além de casais de namorados e crianças. Estes novos usos influenciaram a implantação do Plano de Implantação Local Integrado na praça, no ano de 1960. Neste período foi construído um terminal rodoviário próximo as margens do rio Parnaíba, e um teatro de arena no interior da praça. Após estas últimas intervenções a praça passou por um esvaziamento (ANJOS; SOARES,2010).

O Período de transição, entre 1970 a 1980, na década de 1970 durante a ditadura militar nos Brasil, seguindo o modelo implantado nas praças de todo país, a praça Marechal Deodoro tem seus contornos cercados por grades, além da colocação de equipamentos, iluminação pública, definição de passeios e tratamento paisagísticos (Figura 72) (ANJOS; SOARES,2010).



Fonte: Acervo Arquivo Público do Piauí (2016); Acervo do autor (2016).

Tais mudanças não alteraram a relação usuário-praça, porém o tráfego e permanência na praça passaram a ser controlados. No período atual, da década de 1990 até os dias atuais, a Praça Marechal Deodoro passou a ser palco de constantes conflitos entre as pressões sociais econômicas exercidas pela população, devido à transferência da sede da Prefeitura de Teresina que fica no entorno da praça (RAPOSO, 2012).

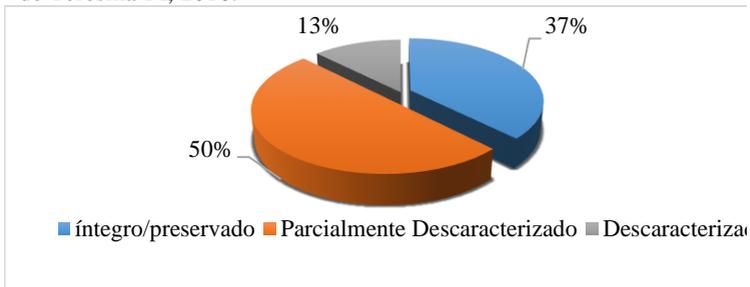
Em 2009, é inaugurado o shopping da cidade, onde antes ficava o terminal rodoviário, local para o qual camelôs foram realocados, pois antes vendiam seus produtos em barracas improvisadas nas ruas do centro, prejudicando assim a circulação pelas ruas.

## 6.1 Análise dos elementos paisagísticos

A praças analisadas na área objeto de estudo, foram construídas nos primeiros 100 anos da capital e apresentam considerável valor histórico e patrimonial, por ter sido espaço de sociabilidade muito utilizado para o lazer da população que se reuniam antes e após os eventos culturais.

A partir da análise constatou-se que 50% das praças estão parcialmente descaracterizadas, isso se deve às constantes reformas pela qual as praças passaram, pois a reformas realizadas removeram alguns elementos característicos do desenho inicial das praças. Com 37% de preservação, que corresponde ao total de três praças, sendo que uma delas (Praça Rio Branco) passou por uma reforma que refez o desenho original e 13% estão descaracterizadas, pois as consecutivas reformas fizeram com que elas perdessem grande parte de suas características iniciais (Figura 73).

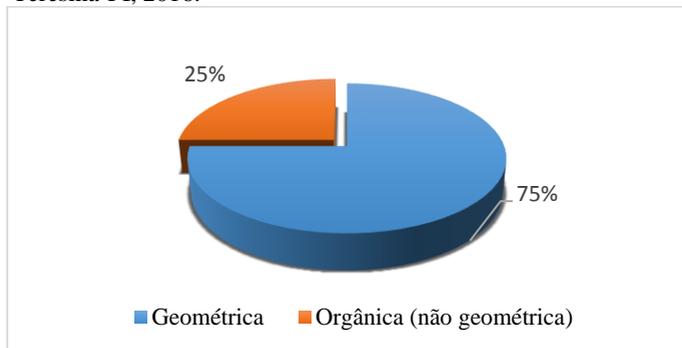
Figura 73 Condição atual das praças presentes no centro fundacional de Teresina-PI, 2016.



FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros também produzidos pela autora.

O traçado predominante é retangular, representando 75% dos casos, e com 25% tem-se o traçado orgânico, ou seja, não apresenta uma forma geométrica, sendo que estas praças apresentam este formato para se adaptarem a malha viária (Figura 74).

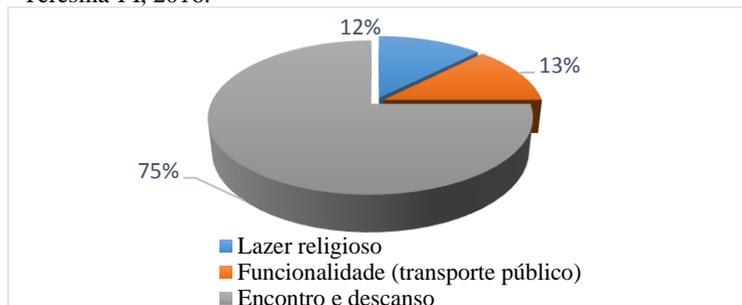
Figura 74 Traçado das praças presentes no centro fundacional de Teresina-PI, 2016.



FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros também produzidos pela autora.

A vocação (entende-se que vocação é um potencial de uso do espaço) mais comum encontrada, correspondendo a 75%, é a de encontro e descanso, característica comum de se encontrar em uma praça, com representação de 13% tem a vocação de funcionalidade (transporte público), sendo representando pela Praça João Luís Ferreira e 12% de lazer religioso (missas, cultos, procissões e demais eventos ligados à igreja), está relacionado à Praça Saraiva, que tem a Igreja Nossa Senhora das Dores situada no interior da praça, sendo frequente ocorrer eventos ligados à igreja no interior da praça (Figura 75).

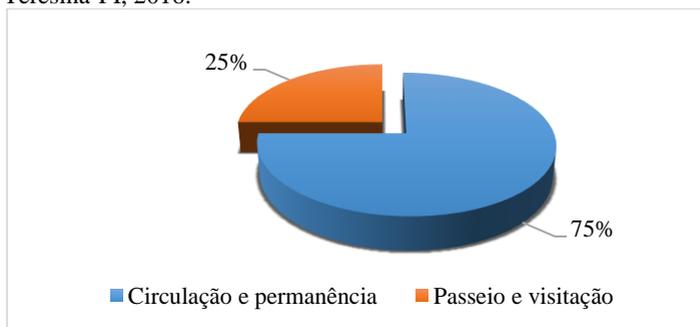
Figura 75 Vocação das praças presentes no centro fundacional de Teresina-PI, 2016.



FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros também produzidos pela autora

Em relação à função (entende-se por função é aquilo para o que o espaço foi construído), a mais usual com representatividade de 75%, é a circulação e permanência dos usuários, com 25% tem a de passeio e visitação, onde há uma maior concentra o de imóveis de valor patrimonial, como a Praça Marechal Deodoro e a Praça Saraiva (Figura 76).

Figura 76 Fun o das praças presentes no centro fundacional de Teresina-PI, 2016.



FONTE: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados dos registros também produzidos pela autora.

Em todas as praças estudadas existe, na sua composi o algum tipo de arte urbana, considera-se arte urbana qualquer manifesta o artística presente no espaço público. Foram encontrados os seguintes marcos: estátuas em tamanho real da pessoa homenageada, busto, coreto, bar, relógio e palco, sendo que em algumas delas foram encontrados mais de uma obra de arte urbana, sendo predominante a presença do busto de alguma figura ilustre da cidade.

Todas as praças são arborizadas com árvores de grande e médio porte e o uso de forra o, ou seja, não existe nenhuma praça seca dentro do perímetro analisado.

Em rela o   infraestrutura, todas possuem ilumina o, rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida e são pavimentadas, porém a maioria necessita de reforma neste último quesito. Todas as praças já passaram por algum tipo de reforma para manuten o de sua estrutura física, porém as Praças Pedro II, João Luís Ferreira, Marechal Deodoro, Rio Branco e Landry Sales

passaram modificações no seu desenho, como a retirada das fontes de água.

As praças analisadas estão protegidas pela mesma legislação das demais praças da cidade, porém acredita-se que pelo valor patrimonial e histórico dessas praças deveria existir uma legislação diferenciada das demais para promover sua preservação.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do entrelaçamento dos subsídios fornecidos pela fundamentação teórica e com a síntese dos resultados obtidos através dos registros, entende-se que a arquitetura, o paisagismo e o desenho urbano do centro fundacional de Teresina são de extrema importância para entender a memória e identidade desta cidade projetada para ser a capital do Piauí.

Os registros com enfoque nos dados adquiridos em fontes primárias e secundários, além da captura através de visitas *in loco*, para então montar um sistema de interpretação que possibilitasse uma síntese da área objeto de estudo. Foi elaborada uma estrutura para evidenciar a contextualização histórica, a análise da paisagem, das características arquitetônicas e a sua situação atual quanto à preservação e conservação.

A fundamentação teórica permitiu compreender a importância dos elementos morfológicos, que compõem o espaço urbano e como o crescimento e desenvolvimento da cidade vão traduzir os signos e características sociais e econômicas peculiares a cada local e sociedade.

Os resultados da combinação dos itens analisados a partir dos registros demonstraram o nível de preservação e a ambiência do local. Alguns resultados merecem ser destacados nesse momento final.

A área se caracteriza por ser uma região relativamente plana, onde o desenho inicial da malha urbana reticulada, elaborado pelo Conselheiro Saraiva e Mestre Isidoro França, apresenta o desenho original bastante arborizado e com ruas retilíneas de tamanho padrão, porém as ruas foram, totalmente, asfaltadas ou com pavimentação em paralelepípedo. As calçadas, normalmente, se apresentam com fachada alinhada à calçada pública.

No tocante à paisagem, levando em conta o sítio e a morfologia urbana, delimita-se o sítio com um ambiente construído relativamente heterogêneo. Nenhuma das ruas do centro fundacional apresenta uma continuidade de imóveis construídos no mesmo período, sendo comum encontrar imóveis contemporâneos junto a imóveis bastante descaracterizados e outros preservados. A maioria das construções atuais não apresenta um estilo arquitetônico definido, sendo comum a construção de galpões para atender ao comércio varejistas.

Os imóveis registrados estão situados, na maioria das vezes, no entorno das praças, principalmente, próximo à Praça Marechal Deodoro, abrigando importantes instituições públicas da gestão urbana.

As ruas que concentram os imóveis registrados são as ruas: Coelho Rodrigues, Areolino de Abreu, Barroso, Rui Barbosa, Treze de Maio, Álvaro Mendes, Simplício Mendes e Paissandu, além das Avenidas Antonino Freire e Frei Serafim. Observa-se que a rua com maior expressividade é a Rua Coelho Rodrigues que apresenta seis imóveis dos trinta e quatro registrados, onde também está situada a Praça Marechal Deodoro, que é ponto inicial de Teresina.

Em relação à arquitetura, apresenta de forma majoritária prédios ornamentados, de acordo com estilo arquitetônico da construção, fachadas trabalhadas, com itens de marcação de acabamento, como a presença de vergas e coroamento.

A situação atual, ou seja, o estado de preservação e conservação da área objeto de estudo encontra-se em crescente deterioração e abandono. A paisagem se encontra descaracterizada, principalmente devido a inserções recentes, descontextualizadas quanto ao entorno. Na área onde se concentram a maioria dos pontos comerciais, a descaracterização é, ainda, mais visível e acentuada. Há presença significativa de alterações que são resultado das tentativas de modernização e melhoramentos, através de acréscimos desordenados e substituição de esquadrias.

Constatou-se que muitos imóveis estão passando por transformações irreversíveis que os reconfiguraram e, também, na paisagem urbana do centro fundacional, pouco se vê atitudes dos órgãos públicos, para preservar a memória e identidade do Centro Urbano. Os últimos imóveis que tiveram algum tipo de resguardo proposto pelos órgãos públicos têm mais de 10 (dez) anos do respaldo jurídico. Embora as praças recebam manutenção de infraestrutura, não são ações efetivas de promoção da valorização patrimonial destes espaços, não ocorrendo, dessa forma ações efetivas de valorização patrimonial.

Por falta de uma fiscalização incisiva dos órgãos competentes, vem ocorrendo demolições e reformas que descaracterizam os imóveis com valor patrimonial; as mesmas são ocultadas por grandes muros ou tapumes.

É perceptível a necessidade de um intensivo processo de gestão do patrimônio já conhecido pelos órgãos públicos, e a complementação com novos elementos que devem ser preservados. Além disso a área deve ser preservada integralmente, não apenas dando valor pontual aos elementos de valor patrimonial, mas como um território urbano, em que se valorize as ruas, as praças e os imóveis.

O Centro Fundacional de Teresina deve ser preservado como um testemunho da história da expansão das cidades planejadas do Brasil, pós Segundo Império e, também, do desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí.

Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam contribuir na solução de problemas relacionados ao uso da arquitetura e do paisagismo como instrumento de preservação do centro fundacional, da memória e identidade local, além de possibilitar que se criem estratégias para atrair a participação popular. O patrimônio deve representar uma comunidade, pois é para eles e por eles que é construído patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Irlane Gonçalves de. O papel de Teresina na organização espacial do Piauí. **Cadernos de Teresina**, Teresina, v. 2, p.4-8, dez. 1987. Mensal.

ABREU, Irlane Maria Gonçalves de; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Igreja do Amparo o marco zero de Teresina. **Cadernos de Teresina**, Teresina, a. XII, n. 32, p. 20-25, out. 2000.

ANJOS, Claudiana Cruz dos; SOARES, Rafaela Rocha. **Piauí: História, Cultura e patrimônio**. Teresina, 2010. p. 125-141.

BARRETTO, Margarita. **Cultura e Turismo: Discussões Contemporâneas**. Campinas: Papyrus, 2007. v. 1. 176p.

BRASIL. Constituição (1897). Decreto nº 2514, de 17 de maio de 1897. Autorisa a celebração do contracto com a Companhia de Navegação a vapor no rio Parnahyba para o serviço desta navegação. **Decreto Nº 2.514, de 17 de Maio de 1897**. Rio de janeiro, RJ, 17 maio 1897. Coleção de Leis do Brasil - 1897, Página 404 Vol. 1 pt.II (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2514-17-maio-1897-539790-publicacaooriginal-39330-pe.html>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

BENEDET, Michelle Souza. Apropriação de Praças Públicas Centrais em Cidades de Pequeno Porte. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 729p.

BRAZ e SILVA, Angela. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império. **Cadernos do PROARQ (UFRJ)**, v. 18, p. 216-236, 2012.

\_\_\_\_\_. **Entre Rios: A lógica da Modernização e do crescimento da cidade de Teresina (1889-1940)**. 2011. 425f.

Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2011.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira: Trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade.** 2007. 432 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, O Departamento de História do Instituto de Filosofia e História do Instituto de Filosofia e ória do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/trabalhos/OCR\\_CALDEIRA.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/trabalhos/OCR_CALDEIRA.pdf)>. Acesso em: 7 ago. 2016.

CAMPELO, Ací. **Theatro 4 de setembro: História e imagens de um símbolo cultural.** Teresina: Halley, 2015. 156 p.

CARDOSO, Luciene Brito. **Paisagem do Centro de Teresina/PI: os significados dos elementos morfológicos.** 2006, 162 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2006.

CASTELO BRANCO, Maria Auxiliadora Vilarinho. **Theatro 4 de setembro: História e contribuição cultural.** In: RÊGO, Ana Regina; MENDES, Cecília; QUEIROZ, Teresinha. **Piauí: História, Cultura e Patrimônio.** Teresina: Instituto Camillo Filho, 2010. p. 143-154.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Obra Completa.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998, 639 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

COUTINHO, Elane Lopes. **Das Portas a Cinzel à Ponte de Ferro: Apontamentos e reflexões sobre a preservação da área central de Teresina.** 2014. 182 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais.** 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN: 2000.

D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. Memoria chronologica, histórica e corographica da Província do Piauí. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. XX, p. 5-165, 1º trimestre de 1857.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano: no processo do planejamento**. São Paulo: Pini, 1995.

CHING, F. **Dicionário Visual de Arquitetura**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.

DOBAL, H. **Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **Evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998, 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

FARIAS, Ana Maria. Implantação de projetos de espaços públicos no Brasil: entre práticas técnicas e apropriação popular. In: ENCONTRO NACIONAL DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 5. 2000. Rio de Janeiro, RJ. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: FAUUFRRJ, 2000.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008, 397f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. **História**, São Paulo, v. 1, n. 5, p.90-113, 1 ago. 2011. Jan/jun. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a05.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

GEHL, J.; GEMZØE, L. **Novos espaços públicos urbanos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.264-275, 1988. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/autenticidade-memoriaeideologiasnacionais-o-problema-dos-patrimonios-culturais-jose-reginaldo-goncalves.html>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

GONÇALVES, Josefina Pacheco; JANUÁRIO, Luciana Pereira. Clube dos Diários de Teresina: Passado e presente. In: RÊGO, Ana Regina; MENDES, Cecília; QUEIROZ, Teresinha. **Piauí: História, Cultura e Patrimônio. Teresina**: Instituto Camillo Filho, 2010. p. 176-193.

HILLIER, Bill. **Space is the Machine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades. Teresina**. 2 Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232GE>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

ICOMOS Austrália. **Carta de Burra**, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>>. Acesso em 05/01/2016.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê para Proteção: Praças: Marechal Deodoro, Rio Branco, Saraiva, João Luís Ferreira, Landri Sales e Da Costa e Silva**. Teresina: DEPAM/ Superintendência Regional do IPHAN no Piauí. Outubro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Registro Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Brasília: Iphan, 2000.

LAMAS, Jose M. Garcia. Ressano. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 590p.

LEFEVBRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 2001.

LEITE, Carlos; DI CESARE MARQUES AWAD, Juliana. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes. Desenvolvimento sustentável num planeta urbano.** Bookman, Porto Alegre RS Brasil; 1. ed, 2012.

LIMA, S. M. S. A. **A Mesma Praça, o Mesmo Banco, as Mesmas Flores, o Mesmo Jardim. Tudo é igual? Transformações no Espaço público:** o caso da Praça Pedro II, em Teresina, Piauí. 149 f. Recife, 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência.** Guarapuava, n.1, v.1, jan/jun. 2005. p.125 – 139.

LOPES, Denise Maria Moura da Silva. **Praça Pedro II s/n, da tortura ao artesanato: a construção de uma nova história.** Teresina: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009. 11 p. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2009/resumos/R15-0258-1.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade.** Lisboa: Edições 70, 1981. 446 p.

MAGALDI, C. R. C.; CHAUI, M.; FENELON, D. R.; LOUZADA, N. M.; SILVA, O. B.; PAOLI, M. C. **O Direito à Memória.** 1. ed. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/DPH/SP, 1992. v. 01. 235p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010, 297 p.

MATOS, Karenina Cardoso; VELOSO, Maísa Dutra. A paisagem das águas: a percepção dos usuários como subsídios para a elaboração de diretrizes urbanísticas para as margens dos rios

Poti e Parnaíba e seu entorno (Teresina-PI). **Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 23, p.222-230, 2007. Semestral. N. 23 - São Paulo - p. 222 - 230 - 2007.

MELO FILHO, A. Década de vinte: Teresina na era do saneamento. In: FONSECA NETO et al. **Teresina 150 anos: 1852-2002**. Teresina: O Dia, 2002. p. 125-126

MENEGUELLO, C. O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos. **Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN**, nov-dez, 2005. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=121>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

MENEZES, Maria Lucia Pires. A cidade e o rio, o rio e a cidade: espaços para o público. **Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. V. 11, n. 245 (35), 1 ago. 2007.

MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. O Ecletismo Paraibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX. 2011. 2000 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011. Disponível em: <[http://www.leg.ufpi.br/subsiteFiles/mesthist/arquivos/files/Dissertracoes/Dissertacao\\_NEUZA MELO ECLETISMO PARNAIBANO - Neuza Melo.pdf](http://www.leg.ufpi.br/subsiteFiles/mesthist/arquivos/files/Dissertracoes/Dissertacao_NEUZA%20MELO%20ECLETISMO%20PARNAIBANO%20-%20Neuza%20Melo.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2016.

MESENTIER, Leonardo Marques de. Patrimônio urbano, construção da memória e da cidadania. **Revista Vivência** (UFRN), Rio Grande do Norte, v. 28, p. 167-177, 2005.

MOREIRA, A. C.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. E. S. . Casa Eurípedes de Aguiar: ecletismo, preservação e memória na cidade de Teresina - PI. In: III ENANPARQ - Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva., 2014, São Paulo. III ENANPARQ - Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva., 2014.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (org.). **Registros de Identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: MinC/ IPHAN, 1998.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 195-214, 2007.

NASCIMENTO, F. (2010). As múltiplas portas da cidade no centenário de Teresina. In: NASCIMENTO, F.(Org). **Sentimentos e Ressentimentos em Cidades Brasileiras (181-208)**. Teresina: EDUFPI.

NERY, N. S.; CASTILHO, C. J. M. de. A comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife: possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores ou gentrificação. **Humanae**, v.1, n.2, p.19-36, Dez 2008.

NÓR, Soraya. **Paisagem e lugar como referências culturais: Ribeirão da Ilha - Florianópolis**. 231 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2010.

PEDRAZZANI, Viviane. **Patrimônio cultural de Teresina-PI: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990**. 2005, 145 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí. Teresina. 2005.

PELEGRINI, Sandra C. A.. O patrimônio cultural e a materialização das memórias coletivas e individuais. **Patrimônio e Memória (UNESP)**, v. 3, p. 1-15, 2007.

PESAVENTO, S. J. . História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**. n.1,v.1 , p.3-12, jan./jun., 2008.

PESAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Fragmentos de Cultura** (Goiânia), v. 14, n. 9, p. 1595-1604, 2004.

PIAUI. Fundação Cultural do Estado do Piauí. - FUNDAC. **Histórico**. Teresina: Piauí, [20.--] 12p.

PIAUI, Secretaria de Estado de Cultura do. **Bens Tombados do Piauí**. Teresina: Governo do Estado do Piauí, 2009. Disponível em:  
<[http://www.fundac.pi.gov.br/download/200908/FUNDAC07\\_c552bc2f3a.pdf](http://www.fundac.pi.gov.br/download/200908/FUNDAC07_c552bc2f3a.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2016.

PIAUI. CAMILLA MELO. **São Benedito: o santo que foi para o meio do nada**. 2013. Disponível em:  
<<http://www.piaui.pi.gov.br/terra-querida/historia/id/11928>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

PIAUI. Coordenação de Patrimônio Cultural do Piauí. Secretária do Estado de Cultura do Piauí. **Antiga Intendência de Teresina**. 2014. Disponível em:  
<<https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2014/05/06/antiga-intendencia-de-teresina/>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA (São Paulo). Coroamento. 2013. Disponível em:  
<<https://www.priberam.pt/dlpo/coroamento>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

RAPOSO, Ianna Silveira. **As duas primeiras praças de Teresina/PI: Análise de suas transformações no tempo e diagnóstico**. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

RIBEIRO, Cecília; LIRA, Flaviana. Autenticidade, Integridade e significação cultural. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio Mendes. **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - Ceci, 2012. p. 32-43. Disponível

em:<<http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/informacao/acervo.../8-e-book.html?e...>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação. Uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. ANPUR. n. 1, p. 115-132, maio de 1999.

SERPA, Ângelo: Os Espaços livres de Edificação nas Periferias Urbanas um Diagnóstico Preliminar em São Paulo e Salvador. **Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n.10, p.189-216, dez.1997.

SILVA, Guilhermina Castro. **Questões ambientais, culturais e socioeconômicas de espaços livres urbanos: praças do centro da cidade de Teresina/PI**. 2009, 173 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, 2009.

SILVA FILHO, Olavo Pereira. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. Do Autor, 2007. v. 3.

TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. **Plano de desenvolvimento sustentável - Teresina Agenda 2015**. Teresina, 2002.

\_\_\_\_\_. Teresina em dados. Teresina: PMT, 2011.

\_\_\_\_\_. SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento. **História de Teresina**. Disponível em:<<http://semplan.teresina.pi.gov.br/historia-de-teresina/>> Acesso em: 10 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento. **História de Teresina**. Disponível em:<<http://semplan.teresina.pi.gov.br/historia-de-teresina/>> Acesso em: 10 abr. 2015.

TERESINA. **Lei complementar nº 3.560, de 20 de outubro de 2006**. Define as diretrizes para o uso do solo urbano do

Município e dá outras providências. Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, 2006.

TERESINA. **Lei complementar nº 3.560, de 20 de outubro de 2006.** Define as diretrizes para o uso do solo urbano do Município e dá outras providências. 2006.

TERESINA. **Lei complementar nº 3.562, de 20 de outubro de 2006.** Define as diretrizes para a ocupação do solo urbano e dá outras providências. 2006.

TERESINA. **Lei complementar nº 3.563, de 20 de outubro de 2006.** Cria zonas de preservação ambiental, institui normas de proteção de bens de valor cultural e dá outras providências. 2006.

TERESINA ANTIGA. **Mercado Público.** 2015. Disponível em: <<http://teresinaantiga.com/mercado-publico.php>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

TERESINA ANTIGA. **Antigas chácaras e quintas de Teresina.** 2015. Disponível em: <<http://teresinaantiga.com/antigas-chacaras-e-quintas-de-teresina.php>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

THOMPSON, Analucia. A composição do Dicionário. In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2014.

TOLLSTADIUS, Larissa Lira. **Preservação do Centro de Teresina: A construção de um objeto.** 2013, 141 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute. 1998.

VIEIRA, Natália Miranda. Integridade e autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. In: ENCONTRO NACIONAL DE

ARQUITETOS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO. ARQUIMEMÓRIA, 3. 2007, Salvador. **Anais**. Salvador, 2007.

UFCG. **José Antônio Saraiva, o conselheiro Saraiva**. 2017.

Disponível em:

<<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoseASar.html>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

UNESCO. **O Patrimônio: legado do passado ao futuro**. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/#c1048735>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Manual de Referência do Patrimônio Mundial: Preparação de Candidaturas para o Patrimônio Mundial**. Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2013. 136 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2.

## Glossário

**Alienado** - Quer dizer que foi transferido; cedido, vendido.

**Áreas verdes** – Espaços abertos que apresentam em sua composição elementos paisagísticos

**Bandeira** - Caixilho situado na parte superior de portas e janelas destinado a melhorar a iluminação e ventilação no interior da edificação.

**Centro Fundacional** – espaço urbano onde a cidade se iniciou, foi fundada, marco inicial da cidade.

**Centro urbano** – região político administrativa, local de importância regional, onde são encontrados órgãos administrativos, culturais

**Coroamento** - ornato que arremata o alto de um edifício ou de um elemento arquitetônico

**Espaço livre urbano** – local não edificado presente no cenário urbano, como ruas, praças, parques entre outros.

**Frontão** - Arremate superior de portas e janelas, que decora, geralmente, o topo da fachada principal de um edifício, sendo constituído por duas partes essenciais: a cimalha (base) e as empenas (dois lados que fecham o triângulo).

**Platibanda** - moldura contínua capaz de camuflar o telhado

**Vernacular** - todo o tipo de arquitetura em que se emprega materiais e recursos do próprio ambiente em que a edificação foi construída